



Relatório Anual **2013**



Patrocinadores

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

Conselho Deliberativo

José Maria Vilar da Silva - Presidente (até 28/02/2013)
Fernando Passos - Presidente (a partir de 01/03/2013)
Romildo Carneiro Rolim - Vice-Presidente
José Jurandir Bastos Mesquita
Ailton Carvalho dos Santos
José Nilton Fernandes
Paulo Eduardo Andrade Patrício

Conselho Fiscal

Izabel Christina de Carvalho Colares Maia - Presidente
Ricardo Vaz Bezerra - Vice-Presidente
Aíla Maria Ribeiro de Almeida (até 31/10/2013)
José Rubens Dutra Mota (até 31/10/2013)
Lúcia de Fátima Barbosa da Silva (desde 01/11/2013)
Luiz Sérgio Farias Machado (desde 01/11/2013)

Diretoria Executiva

Francisco José Araújo Bezerra - Diretor-Presidente (até 28/02/2013)
Isaias Matos Dantas - Diretor-Presidente (desde 01/03/2013)
Fernando Barros de Lima - Diretor de Administração e Investimentos
José Danilo Araújo do Nascimento - Diretor de Previdência

Ouvidoria

Maria Auxiliadora Bezerra - Ouvidora

Canais de Comunicação

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES

Telefone: 0800 9705775

Fax: (85) 4008-5710

E-mail: relacionamento@capef.com.br

Site: www.capef.com.br

Endereço: Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza - CE

OUVIDORIA

Email: ouvidoria@capef.com.br

Expediente

CONTEÚDO E APROVAÇÃO

Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GO! Branding + Design

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA	6
LINHA DO TEMPO	8
CAPEF DE BRAÇOS ABERTOS PRA VOCÊ	10
GOVERNANÇA CORPORATIVA	12
INSTITUCIONAL	16
RESPONSABILIDADE SOCIAL	22
GESTÃO FINANCEIRA	26
GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	32
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	40
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	52
NOTAS EXPLICATIVAS	62
PARECERES	94
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD	108
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CV I	116

Mensagem da Diretoria Executiva

Se pudéssemos resumir o que representou o ano de 2013 para a Capecf, poderíamos dizer que, apesar de ter sido um ano turbulento e desafiador no segmento dos investimentos, foi um ano de importantes conquistas para a Entidade e, conseqüentemente, para os Participantes. Conseguimos superar as adversidades enfrentadas ao longo do ano e colher bons frutos, advindos de muito trabalho e dedicação de toda a equipe.

Dentre as principais conquistas, sem dúvidas, a superação da meta atuarial do Plano BD mereceu destaque. Mesmo diante da grande volatilidade do mercado financeiro, que impactou negativamente nas carteiras de investimentos da maioria dos fundos de pensão, o Plano, impulsionado por uma eficiente gestão, conseguiu obter uma rentabilidade de 14,45%, equivalente a 122% da meta atuarial, de 11,89%.

Outra importante conquista foi a aprovação, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do artigo 86 do Regulamento do Plano BD. Essa alteração permite que seja realizada a recomposição de reajustes de benefícios concedidos abaixo da inflação.

Desta forma, os resultados obtidos no ano, aliados a alteração do Regulamento, possibilitaram ao Conselho Deliberativo da Entidade aprovar um reajuste de 7% nos benefícios do plano em 2014, superior ao INPC de 5,56%, recompondo parte do reajuste concedido abaixo da inflação no ano de 2009, quando a meta atuarial não foi alcançada. Além disso, com o resultado do ano, foi ainda possível reduzir a contribuição dos Assistidos do Plano BD em 0,25 ponto percentual, passando para 21,25%.

Outra importante realização de 2013 foi a locação de parte da sede da Capecf para instalação de uma nova agência do Banco do Nordeste. Iniciativa que, além de proporcionar mais comodidade aos Participantes que contarão com a Capecf, Camed e BNB lado a lado, contribui para a redução de custos e adição de receitas ao Plano de Gestão Administrativa da Entidade.

O ano também foi marcado por maior aproximação entre a Entidade e os Participantes. Foram realizados encontros estaduais com a presença de membros da Diretoria e da Ouvidoria em 15 cidades, cursos de finanças pessoais em parceria com a BM&FBOVESPA em 4 capitais, além da realização de treinamentos de integração para novos Conselheiros, funcionários da Capecf e do Patrocinador.



Isaias Matos Dantas

José Danilo Araújo do Nascimento

Fernando Barros de Lima

No caso do Plano CV I, os resultados foram fortemente impactados pelas condições do mercado de 2013. Por conta disso, a *performance* do Plano CV I ficou similar aos resultados dos demais planos do segmento, com uma rentabilidade de -1,58% contra uma meta de 11,74%. É importante ressaltar, que diferentemente do Plano BD, o Plano CV I é um Plano novo, em fase de estruturação de sua carteira. Nesse sentido, temos aproveitado a volatilidade do mercado para adquirir ativos que proporcionarão um maior retorno no médio e no longo prazo.

Quanto à ampliação da cobertura previdenciária, o Plano CV I continua em plena fase de expansão entre os funcionários, obtendo um incremento de 493 novas adesões no ano de 2013, totalizando quase 4.000 Participantes.

Seguindo os princípios da boa governança corporativa, em março de 2013, ocorreram alterações nos membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva. Mesmo com as referidas alterações, constatamos a continuidade na condução dos trabalhos já iniciados na gestão anterior e empenho na busca de novas conquistas.

Embora tenhamos tido muitas realizações ao longo do ano, entendemos que muito ainda deve ser feito, principalmente, quanto à contínua ampliação das ações de Educação Previdenciária, e consequente, ampliação das adesões ao Plano CV I; busca por estratégias eficazes de investimentos; e alternativas para redução da contribuição do Plano BD, preservando o seu equilíbrio atuarial.

A seguir, apresentamos neste relatório todas as ações realizadas ao longo de 2013, os demonstrativos de investimentos, demonstrações contábeis, pareceres e políticas de investimentos segregados por Plano para o seu melhor acompanhamento.

Por fim, agradecemos a sua confiança e reafirmamos nossa responsabilidade e compromisso de buscarmos permanentemente uma gestão eficiente dos Planos administrados pela Entidade.

Boa Leitura!

A Diretoria

Linha do Tempo 2013



Encontros com Participantes em Feira de Santana e Salvador



Encontro com Participantes e Dia do Aposentado



46 anos da Capecf

Previc aprova o Programa de Educação Previdenciária da Capecf



Concurso Cultural de Redação



Nomeação do novo Presidente da Capecf: Isaias Matos Dantas

2013

JAN

MAR

FEV



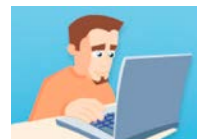
Encontros com Participantes em Teresina e São Luís

ABR



Curso de Finanças Pessoais em Natal e João Pessoa

JUN



Recadastramento dos(as) Pensionistas



Encontros com Participantes em Recife e Maceió



Encontros com Participantes em Juazeiro do Norte e Petrolina



Treinamento em Previdência Complementar para Conselheiros e Dirigentes



Curso de Finanças Pessoais em São Luís e Teresina



Seminário de Investimentos

JUL

SET

NOV

2014

AGO



Encontros com Participantes em João Pessoa, Campina Grande, Natal e Mossoró

OUT



Novo acesso à sede da Capef

DEZ



Nova agência do BNB instalada no prédio da Capef

Aprovação da alteração do Artigo 86 do Regulamento do Plano BD

Reeleição da Capef no Conselho Deliberativo da Abrapp



Reunião com Diretores e realização da 4ª Comissão Técnica de Investimentos das EFPCs do N e NE na Capef



Encontros com Participantes em Montes Claros e Aracaju



Capef é homenageada pela UFC

Capef de braços abertos para você

“*Minha relação com a Capef teve início em junho de 1979, quando me tornei funcionária de um dos maiores fundos de pensão do Norte e Nordeste do País.*

Com uma estrutura organizacional moderna e de vanguarda, o funcionário era um eterno aprendiz, pois o leque de oportunidades de aprendizagem estava sempre à disposição para o nosso crescimento profissional.

Atualmente, como Ex-Funcionária e Participante Assistida, a experiência adquirida ao longo de todos esses anos me possibilitou a empregabilidade na minha fase assistida, atuando ainda ativamente no mercado de trabalho em uma área que sempre me encantou: a de recursos humanos.

A Capef foi uma escola que me propiciou conhecimento e valorização da conduta ética profissional, além de me proporcionar uma renda complementar necessária para manter-me feliz e de bem com a vida! ”

Auxiliadora Farias,
*Participante Assistida do Plano BD e
ex-funcionária da Capef*



Com 46 anos de experiência na administração de planos previdenciários, a Ca-
pef está sempre se renovando e buscando novas alternativas para continuar
honrando seus compromissos e tornando real o sonho de milhares de vidas.

Em 2013, com a perspectiva de reduzir despesas e gerar novas fontes de recei-
tas, os dirigentes da Cpef disponibilizaram parte do andar térreo do edifício
sede da Entidade, Ed. Paulo Aguiar Frota, para locação, onde foi instalada uma
nova agência do Banco do Nordeste.

Com essa iniciativa, além de proporcionar maior comodidade aos Participan-
tes residentes em Fortaleza, que contarão com a Cpef, Camed e Banco do
Nordeste, localizados praticamente lado a lado, a locação da área contribui na
redução de custos e adição de receitas ao Plano de Gestão Administrativa.

Portanto, se você ainda não conhece a sua “nova Caixa”, estamos aguardando
a sua visita, através de nova recepção pela Rua Nogueira Accioli. A Cpef está
de braços abertos para você!

Cpef em Números

Atualmente, a Cpef ocupa o 31º lugar no ranking da Abrapp e é a segunda
maior Entidade Fechada de Previdência Complementar do Norte/Nordeste do
País, considerando o volume de recursos administrados.

O patrimônio total dos Planos está avaliado, na posição de dezembro de 2013,
em R\$ 3,01 bilhões, estando dividido entre R\$ 2,83 bilhões do Plano BD e R\$
180,13 milhões do Plano CV I.

Os dois Planos possuem 10.708 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Benefi-
ciários de Pensão, segurados, conforme quadro a seguir.

Plano BD

CATEGORIA	QUANT.
ATIVOS	2.283
APOSENTADOS	3.348
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.100
TOTAL	6.731

Posição: Dez/2013

Plano CV I

CATEGORIA	QUANT.
ATIVOS	3.967
APOSENTADOS	3
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	7
TOTAL	3.977

Posição: Dez/2013

MISSÃO

Contribuir para o bem-estar de seus
Participantes e Beneficiários, por
meio da administração de planos de
previdência privada com qualidade, ética
e transparência, em parceria com seus
Patrocinadores

VALORES

- Ética
- Transparência
- Prudência
- Excelência
- Gestão Compartilhada

Governança Corporativa

Capacitação é imprescindível, independente de qualquer função. A certificação é importante não só pela educação continuada, mas também proporciona mais tranquilidade e segurança aos dirigentes e conselheiros que precisam avaliar e acompanhar as políticas da fundação.

Essa educação continuada, via congressos, seminários e cursos específicos, propicia não somente o crescimento individual, mas também beneficia a Entidade, os Participantes e o Sistema como um todo.”

Aílton Carvalho dos Santos,
Participante Ativo dos Planos BD e CV I e
membro certificado e eleito do Conselho Deliberativo



A Capef atua de várias formas para assegurar a gestão responsável dos recursos dos planos, fortalecendo a governança corporativa da Entidade. São elas:

Certificação de dirigentes

A exigência da legislação pela certificação de dirigentes dos fundos de pensão é uma consequência do estágio de evolução e amadurecimento do sistema previdenciário brasileiro. Com a qualificação do corpo diretivo, vislumbra-se uma série de benefícios, não somente para os Participantes, mas também para os Patrocinadores e próprios gestores, como:

- Aumento do grau de profissionalismo dos responsáveis pela gestão da Entidade;
- Cumprimento do dever fiduciário inerente à atividade de um fundo de pensão;
- Melhoria do sistema de governança da Entidade;
- Obtenção de maior credibilidade perante os Participantes e Patrocinadores, acerca da forma de gerenciamento dos recursos garantidores para o pagamento dos benefícios contratados; dentre outros.

O Artigo 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4275, de 31/10/2013, estabelece que os administradores e demais profissionais que participam do processo decisório de investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica. Em consonância com referida legislação, mais de 78% desse público se encontra certificado, sendo 100% dos membros da Diretoria e 78,57% dos membros do Conselho Deliberativo e Gestores das áreas de investimentos.

Renovação dos membros do Conselho e da Diretoria



Conselhos

Em consonância com as determinações das Leis Complementares Nº 108 e 109/2001 e com as disposições estatutárias, em 2013, ocorreu a renovação dos seguintes membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal indicados pelo Patrocinador.

CONSELHO	ATUAL MEMBRO TITULAR	MEMBRO TITULAR ANTERIOR
DELIBERATIVO	FERNANDO PASSOS - PRESIDENTE	JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA
FISCAL	LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO	AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA
	LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA	JOSÉ RUBENS DUTRA MOTA



Diretoria

Nesse mesmo ano, com o término do mandato do Diretor-Presidente da Capef, Fran Bezerra, o Conselho Deliberativo nomeou Isaías Matos Dantas, ex-superintendente estadual do Banco do Nordeste no Piauí, para o cargo de Diretor-Presidente da Entidade.

O novo dirigente foi empossado no dia 28 de fevereiro de 2013, em cerimônia realizada no auditório da Capecf, em Fortaleza. Isaias agradeceu à indicação, complementando seu discurso de posse com uma mensagem para todos os Participantes: “É com muita satisfação que, a partir de agora, passo a integrar a equipe de gestão da Capecf, que é de grande importância tanto para os Assistidos, que dedicaram uma boa parte da vida ao Banco, quanto para os Ativos, que vislumbram o futuro na Caixa.”

Comitês internos

Para auxiliar os Conselhos, a Diretoria Executiva e os demais Gestores da Capecf no desempenho de suas funções e responsabilidades, a Entidade conta com os seguintes Comitês/Comissões.

- **Comitê de Ética:** Estabelece princípios de conduta e ética a serem observados pelos colaboradores no exercício de suas funções, contribuindo para a cooperação mútua, fortalecimento da equipe e, conseqüentemente, da imagem institucional da Entidade.
- **Comitê de Investimentos:** Analisa e formula propostas de investimentos sempre visando os princípios da otimização dos resultados, segurança e rentabilidade dos Planos Previdenciários.
- **Comitê Gestor de Segurança da Informação:** Revisa, atualiza e monitora o cumprimento da Política de Segurança da Informação, resguardando a segurança dos dados da Entidade.
- **Comitê de Comunicação e Qualidade:** Aperfeiçoa os processos e serviços prestados pela Entidade, visando fortalecer a sua imagem institucional, bem como proporcionar maior integração da estrutura organizacional com os públicos envolvidos.
- **Comitê de Erros Operacionais:** Responsável por mitigar os riscos operacionais da Entidade.

Participação da Capecf nas Comissões Técnicas da Abrapp e da Previc

Contribuindo de forma significativa para promover o intercâmbio de experiências e melhores práticas adotadas, a Capecf participa ativamente de várias comissões técnicas da Abrapp, com funcionários integrando as Comissões de Comunicação e Marketing, de Assuntos Jurídicos e de Contabilidade.

Além da participação nas Comissões da Abrapp, a Entidade ainda está representada na Comissão Nacional de Atuária – CNA, instância colegiada de natureza consultiva, auxiliar da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão de fiscalização e supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Assento no Conselho Deliberativo da Abrapp

Em dezembro de 2013, a Capecf foi uma das entidades mais votadas para a eleição do Conselho Deliberativo da ABRAPP, permanecendo nesse importante Colegiado até o ano de 2016.

Com isso, a Capef assume mais um mandato e o compromisso de contribuir com o desenvolvimento do sistema previdenciário fechado, dispondo do conhecimento técnico e de gestão de todo o seu corpo funcional.

O objetivo principal da Capef ao continuar no exercício do cargo é colaborar com o desenvolvimento do segmento, de modo que ele apresente-se cada vez mais forte e coeso, e com um ambiente regulatório que satisfaça da melhor maneira todos os envolvidos com as Entidades Fechadas do País.

Planejamento Estratégico

Implantado em 2010 com um horizonte de 4 anos, o Planejamento Estratégico da Capef visa, em última instância, a maximização do retorno dos investimentos e a redução das despesas administrativas. Com essa finalidade, são desenvolvidas ações alinhadas à missão, visão e objetivos estratégicos da Entidade, capazes de desenvolver competências essenciais ao negócio, elevar a eficiência operacional, e, conseqüentemente, satisfazer e ampliar a base de Participantes.

Dentre os benefícios obtidos com a incorporação do modelo à rotina da Entidade, destaca-se o contínuo acompanhamento do seu desempenho institucional, o que potencializa as suas vantagens competitivas e alavanca os seus resultados.

A seguir apresentamos o Mapa Estratégico da Capef para o período de 2014 - 2017, elaborado em dezembro de 2013.



Institucional

“A informação, fornecida pela área de Relacionamento, foi precisa e atendeu todas as minhas expectativas, enquanto Participante. Com esse nível de excelência, a gente sente confiança porque verifica que o funcionário tem competência para transmitir as informações de forma segura e correta.”

Como eu nunca tinha sido atendido pelo Relacionamento, eu realmente não esperava que tudo fosse tão ágil. Somente agora, após o lançamento do Plano de Incentivo à Aposentadoria, precisei de informações e fui muito bem atendido.”



Raimundo Nonato de Azevedo,
Participante Ativo do Plano BD

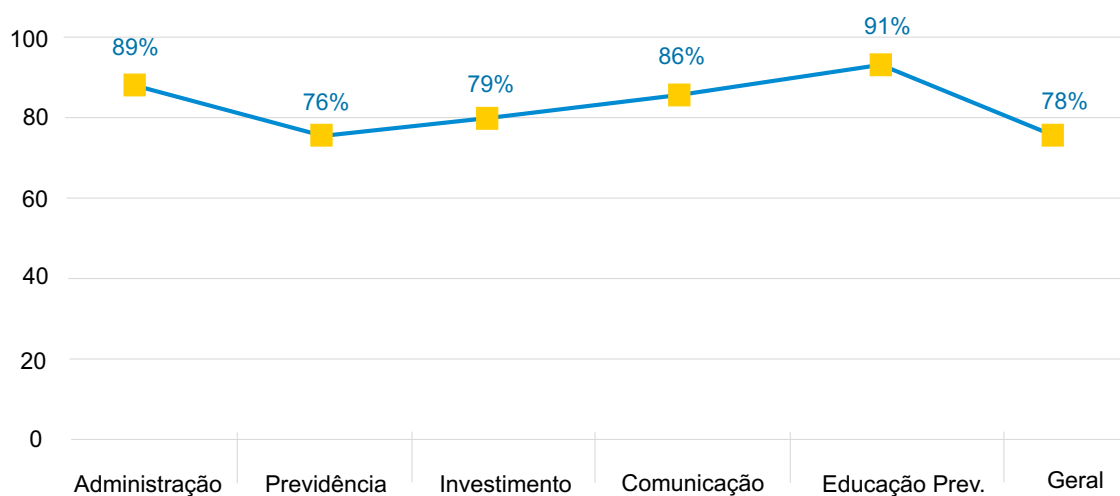
Pesquisa da Satisfação

Reconhecendo a importância da opinião dos Participantes e primando sempre por um atendimento eficiente, a Capef realiza anualmente uma pesquisa para aprimorar os serviços prestados e estreitar o relacionamento com os associados.

Em 2013, a pesquisa avaliou itens como administração, previdência, investimentos, comunicação e educação previdenciária e obteve ótimo retorno do seu público-alvo, contando com a participação de 1.907 associados, o que assegurou alto nível de confiabilidade aos resultados obtidos.

Dentre os destaques da Pesquisa, obtivemos avaliações bastante positivas nos itens de administração, comunicação e educação previdenciária. Os itens que obtiveram avaliações próximas a 70%, como previdência, investimentos e avaliação geral serão focos de planos de ação.

Confira a média geral dos resultados segregados por tópicos



Atendimento aos Participantes

Área de Relacionamento

Obter a satisfação dos Participantes é um dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico da Capef e reconhecemos que estabelecer uma relação de confiança, através de um atendimento de qualidade, ágil e transparente é uma das formas de alcançá-lo.

Por esse motivo, a Entidade disponibiliza diversos canais de comunicação e procura sempre manter seus públicos bem informados, além de atender com eficiência todas as demandas que recebe diariamente.

Ao longo de 2013, a área de Relacionamento com Participantes registrou mais de 33 mil atendimentos. Dentre os assuntos tratados, os mais abordados foram: Empréstimos, Cadastro e Recadastramento, Concessão e Manutenção

de Benefícios, Imposto de Renda, Contribuições, Adesão ao Plano CV I e Informações gerais sobre o INSS, conforme apresentado no quadro abaixo.

ATENDIMENTOS DA ÁREA DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES - 2013

ASSUNTOS	PLANO BD	PLANO CV	TOTAL
PLANOS DE BENEFÍCIOS	19.126	6.746	25.872
Adesão	0	2.318	2.318
Cadastro e Recadastramento	4.592	509	5.101
Concessão e Manutenção dos Benefícios	4.675	160	4.835
Contribuições	214	1.848	2.062
Declarações	1.283	0	1.283
Empréstimos e Financiamento Imobiliário	6.157	1.174	7.331
Imposto de Renda	1.975	166	2.141
Institutos Previdenciários	131	571	702
Processo do Acordo 2003	99	0	99
CONVÊNIO INSS	3.629	24	3.653
Imposto de Renda	404	1	405
Informações Gerais	1.730	15	1.745
Simulação e Processo Conc. de Benefícios	1.495	8	1.503
OUTROS ATENDIMENTOS	3.546	114	3.660
Denúncia	1	0	1
Desabafo	31	7	38
Elogios/Agradecimentos	41	8	49
Informações Diversas	1.641	81	1.722
Reclamação	14	2	16
Site/Jornal Acontece/Concursos	141	14	155
Ligações Indevidas	1.654	0	1.654
Sugestões	23	2	25
RECLAMAÇÕES	44	1	45
SUGESTÕES	33	0	33
TOTAL	26.301	6.884	33.185



Ouvidoria

Criada há 5 anos, a Ouvidoria é outro relevante canal de atendimento que vem desempenhando papel importante no acompanhamento das demandas mais complexas dos Participantes e sendo uma ponte ativa de interação entre a Entidade e os associados.

Para fortalecer essa interação, em 2013 foram realizados nas cidades do Nordeste 15 Encontros com Participantes, onde foram apresentadas, para quase 600 Participantes, informações sobre a Entidade e sobre a situação atuarial e desempenho dos planos previdenciários, conforme quadro a seguir.

ENCONTROS ESTADUAIS REALIZADOS EM 2013

LOCAL	DATA	TOTAL DE PARTICIPANTES
Fortaleza	24/01/2013	53
Teresina	21/02/2013	48
São Luis	22/02/2013	42
Feira de Santana	07/03/2013	34
Salvador	08/03/2013	71
Recife	22/04/2013	55
Maceió	23/04/2013	31
Juazeiro	25/07/2013	47
Petrolina	26/07/2013	25
Campina Grande	16/08/2013	20
João Pessoa	16/08/2013	31
Natal	21/08/2013	28
Mossoró	23/08/2013	13
Montes Claros	04/10/2013	51
Aracaju	10/10/2013	32
TOTAL		581

ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA - 2013

ASSUNTOS	PLANO BD	PLANO CV I	TOTAL GERAL
Elogio/Agradecimento	18	2	20
Informação/Solicitação	85	7	92
Informações Diversas	25		25
Reabertura Atendimento	1		1
Reclamação	28	7	35
Site/Jornal/Concursos	2		2
Sugestão	31	6	37
TOTAL GERAL	190	22	212

Comunicação

Além dos canais tradicionais de atendimento, a Capef disponibiliza os seguintes meios de comunicação para divulgação das informações, prestação de contas e interação com o associado:



- **Site (www.capef.com.br)**

Para aqueles que desejam obter informação de modo mais rápido, o site da Entidade disponibiliza notícias sobre a Entidade e sobre os Planos, seção de educação previdenciária atualizada semanalmente, documentos e publicações institucionais, vídeos e fotos dos eventos realizados, além de uma área restrita aos associados, contendo informações pessoais e simuladores.

- **Giro Capef**

Informativo eletrônico mensal, que apresenta seção fixa de educação previdenciária e notícias sobre os Planos Previdenciários da Entidade, com ênfase no Plano CV I. Um dos destaques do informativo é a coluna Mercado em Foco, que apresenta os resultados mensais dos dois Planos de Benefícios, além de incluir um vídeo com um resumo explicativo do cenário macroeconômico e dos principais fatores que impactaram os resultados dos planos no período.



- **Acontece**

Informativo bimestral, impresso, que apresenta notícias sobre previdência, finanças, investimentos e notícias da Entidade e de seus Planos Previdenciários, com ênfase no Plano BD.

- **Relatório Anual**

Documento institucional anual, que presta contas sobre todos os atos de gestão praticados ao longo do ano, desempenho e rentabilidade dos Planos, demonstrações contábeis, política de investimentos e pareceres.

- **E-mail Institucional**

O e-mail é outro canal de comunicação muito utilizado e bastante eficaz para divulgação das informações, convites e esclarecimento de dúvidas/demandas.

- **Mídias Sociais**

Apontada na pesquisa de satisfação como um novo canal que vem se destacando entre os Participantes Ativos, a Capef desde 2011, está presente nas mídias sociais: Twitter, Facebook e You Tube. No entanto, a partir do próximo ano, atuará de forma mais ativa nessas três redes sociais, divulgando periodicamente notícias sobre a Entidade e sobre Educação Previdenciária, além de realizar campanhas com premiações.

Dia do Aposentado

A Capef promoveu para seus Assistidos a tradicional homenagem ao Dia do Aposentado, no dia 24 de janeiro, em Fortaleza, cujo objetivo é proporcionar o reencontro dos associados e celebrar essa fase da vida.

Este ano, a programação iniciou mais cedo com um Encontro com Participantes para abordar algumas questões inerentes aos planos de benefícios.

Após os debates sobre os temas expostos, a festa teve início com a banda cearense Roubber Soul que tocou os maiores sucessos dos “Beatles”, um dos maiores fenômenos da história da música. Enquanto alguns se divertiam com as canções e reencontro com “velhos” amigos, os demais aproveitavam o coffee break e concorriam a diversos brindes no intervalo da apresentação musical.



Seminário de Investimentos

Outro importante evento que já segue em sua 20ª edição é o Seminário de Investimentos que tem como propósito discutir as perspectivas do mercado e definir as estratégias de investimentos dos Planos administrados pela Capef para o ano seguinte.

Diante dos desafios enfrentados no mercado financeiro ao longo do ano de 2013 e os consequentes impactos no desempenho dos planos dos fundos de pensão, de um modo geral, o evento teve recorde de público, ávidos por participar mais ativamente das discussões sobre essa temática.

Com base nos cenários apresentados, foram traçadas, em conjunto com os Participantes presentes, as propostas de alocação das macrocarteiras dos Planos BD e CV I para o ano de 2014.



Responsabilidade Social

“Eu sempre tento me organizar financeiramente antes de comprar algo, economizo antes para obter logo em seguida. Esse negócio de contrair dívidas para adquirir um bem, não faz parte do meu planejamento pessoal.”

Embora já habituado aos conceitos de educação financeira, elogio a iniciativa da Capef em trazer profissionais renomados do mercado para disseminar essa cultura previdenciária entre os associados. A palestra contribuiu e enriqueceu bastante o meu entendimento sobre previdência, inclusive me alertou para os cuidados que devemos ter no acompanhamento da gestão dos nossos recursos, enquanto Participante.”

Ademir Costa,
Participante Ativo dos Planos BD e CV I.



Educação Financeira e Previdenciária

Despertar o interesse para o uso consciente e racional da renda, orientar a tomada de decisão e apresentar opções para formação de um patrimônio sólido, proporcionando uma melhor qualidade de vida hoje e no futuro são algumas das formas de contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

Desde 2012, a Capef vem investindo de modo mais ativo na formação de seus Conselheiros, Colaboradores, Participantes e Beneficiários, através do seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária, aprovado, por dois anos consecutivos, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Com o objetivo de estimular o interesse do público para a importância do planejamento financeiro e previdenciário familiar; e despertar, através do conhecimento, a atenção e a participação efetiva dos Participantes no acompanhamento da gestão do seu plano previdenciário, o Programa de 2013 foi bastante diversificado.

Além dos cursos *on-line*, informativos sobre a temática, pesquisas, simuladores e notícias publicadas no site, destacamos ainda as seguintes ações:

Cursos Presenciais de Finanças

Em 2013, foi a vez das cidades de Natal (RN), João Pessoa (PB), São Luís (MA) e Teresina (PI) receberem o curso de finanças pessoais realizado pela Capef, em parceria com a BM&FBOVESPA, e direcionado a todos os funcionários ativos e aposentados do Banco do Nordeste residentes nessas cidades.

O curso, ministrado por profissionais qualificados da Bovespa, tem como objetivo despertar a importância do planejamento financeiro individual e familiar do público-alvo para uma melhor qualidade de vida e, ainda, apresentar as alternativas de investimentos do mercado atual.

Os assuntos abordados no curso são divididos em duas fases, a primeira introduz conceitos de finanças pessoais, com ênfase na necessidade do planejamento do orçamento pessoal e familiar e na redução de gastos supérfluos; e a segunda fase apresenta as modalidades de investimentos disponíveis no mercado financeiro, que costumam gerar muitas dúvidas entre aqueles que não lidam com o assunto no dia-a-dia, como imóveis, títulos de renda fixa e ações.



Já realizado nas cidades de Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA), o referido curso que terá continuidade em 2014, é sempre muito bem avaliado pelo público de um modo geral, tanto os ativos, como aposentados, pelo fato de ambos vivenciarem situações cotidianas bem semelhantes aos exemplos apresentados pelos expositores.

Residente em João Pessoa (PB), o aposentado Francisco Grigório Lacerda afirmou que o conteúdo apresentado pela manhã foi mais relevante às suas necessidades, embora tenha gostado do curso como um todo. “O assunto que me chamou mais a atenção foram as dicas de finanças pessoais. Na minha faixa etária, isso é o que mais interessa, devido à idade avançada e aos gastos. Mas para quem era mais jovem, o mais interessante foram as aplicações para o futuro, que eu gostei muito também”, disse o Participante Assistido da Capef.

Concurso Cultural de Redação

Com o objetivo de estimular o interesse dos Participantes para a importância do planejamento financeiro e promover atividades culturais que proporcionem a interação dos Associados com a Entidade, a Capef lançou, em janeiro de 2013, o seu primeiro Concurso Cultural de Redação: “Planejar é Viver Bem”.

Em um prazo de três meses, os Participantes da Capef enviaram redações relacionadas ao tema: “A importância do planejamento financeiro para a manutenção da qualidade de vida”, obedecendo aos critérios de criatividade, vocabulário, correção gramatical e atratividade.

O resultado foi homologado após reunião da comissão julgadora composta por: Arcelino Ferreira Lima, presidente da AABNB; Renata Soares, jornalista da AFBNB; Edinaldo Abreu da Costa; consultor cultural do BNB; e Maria Auxiliadora Bezerra, ouvidora da Capef.

Os autores dos três melhores textos são Participantes Ativos do Plano CV I:

- Gilsimar Souza e Silva Pereira, de Irecê, BA (1º lugar)
- Renata Cabral Coutinho de O. Ribeiro, João Pessoa - PB (2º lugar); e
- Freddy Freitas Alcântara, de Montes Claros - MG (3º lugar)



Com estilos bem diferentes, um ponto em comum entre os ganhadores foi a preocupação com o futuro, fato que os motivou a aderir ao Plano CV I como estratégia para uma aposentadoria tranquila.

Treinamentos Corporativos de Integração

- **Para os Novos Funcionários convocados pelo BNB.**
Apresenta importância da previdência complementar, características e vantagens do Plano CV I, patrocinado pelo Banco;
- **Para os Conselheiros e Dirigentes.**
Introduz conceitos sobre o sistema de previdência complementar, capacitando os novos membros dos Conselhos e Diretoria que assumem a direção da Entidade;
- **Para os Colaboradores da Entidade.**
Treina os novos colaboradores quanto ao negócio da Entidade, operação, produtos e políticas internas, favorecendo a adaptação aos processos e à Entidade.



Gestão Financeira

Eu, enquanto Conselho Fiscal, tenho o papel de fiscalizar as demonstrações contábeis e atos de gestão praticados pela Capef, sempre preservando os direitos coletivos. No ano de 2013, a maioria dos Planos de Previdência ficaram deficitários, no entanto, o Plano BD foi uma exceção, fruto de uma administração comprometida.

Eu vejo muito claramente o respeito da diretoria da Capef pelos Participantes, mediante o tratamento dado a cada um de nós, associados, buscando ainda a gestão adequada dos recursos.

Nós achamos que a Capef é uma empresa enxuta, com profissionais qualificados para dar conta de administrar um patrimônio em torno de R\$ 3 bilhões, que é um dinheiro nosso e que merece que seja dada toda a atenção e cautela.”



Izabel Colares,
*Participante Assistida do Plano BD e
Presidenta eleita do Conselho Fiscal*

Eficiência na gestão das Despesas Administrativas

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das contribuições previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC Nº. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 29.943 milhões em 2013 (R\$ 27.484 milhões em 2012).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta:

- 9% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD; e
- 5,6% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada Participante Assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do Patrocinador.

O total arrecadado para custear as despesas administrativas, totalizou em 2013, R\$ 14.276 mil (R\$ 13.389 mil, em 2012), que correspondeu a 0,48% dos RGPB, (0,49% em 2012), conforme detalhamento no quadro abaixo.

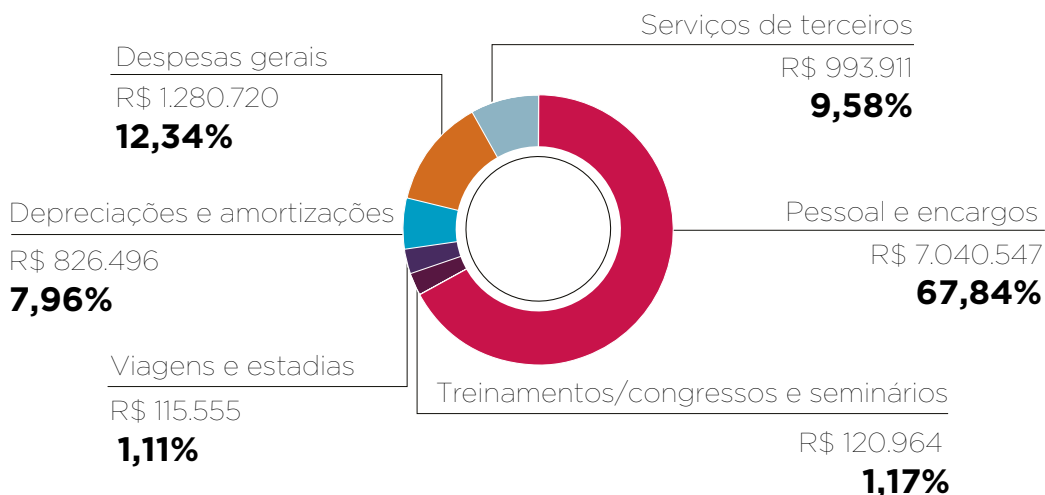
PLANOS DE BENEFÍCIOS	2013	2012
PLANO BD	10.865	10.449
Plano CV I	3.411	2.940
CONSOLIDADO (0,48% RGPB)	14.276	13.389
LIMITE (1% RGPB)	29.943	27.484

Orçamento

Em 2013, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 11.145 mil (R\$ 10.679 mil, em 2012). Foram utilizados R\$ 10.378 mil (R\$ 10.201 mil, em 2012), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 767 mil, 6,88% abaixo do valor orçado.

No gráfico a seguir são apresentados os principais grupos que constituem as despesas administrativas.

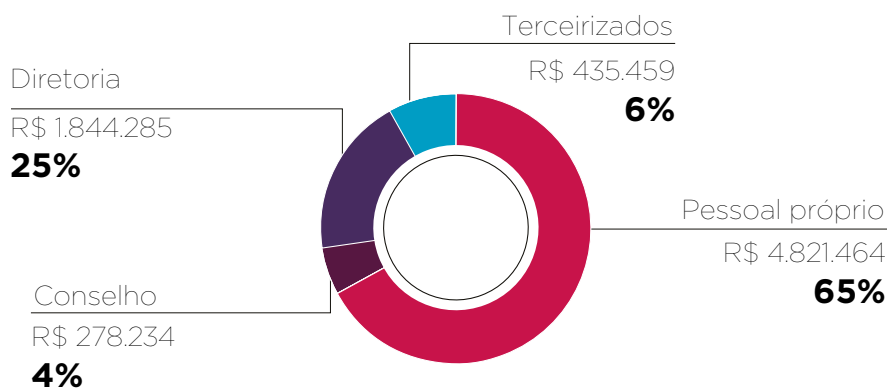
Despesas Administrativas 2013



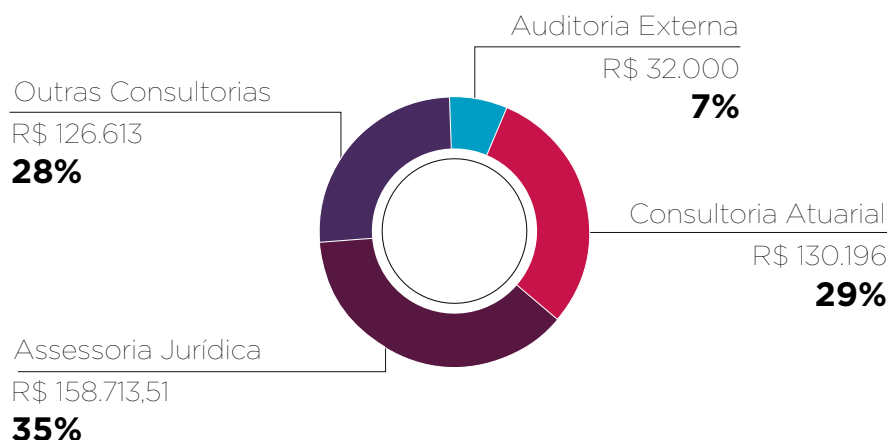
As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais.

Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, telefone, envio de correspondências, vigilância e limpeza, além da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC, que juntos totalizaram 57% do grupo.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição da despesa com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



No gráfico a seguir, apresentamos despesas com as Consultorias Atuariais da Capef, Auditoria Independente contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade e despesas com Assessoria Jurídica para defesa de processos judiciais.



Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença entre o valor transferido de custeio dos planos, somado ao resultado dos investimentos administrativos e de outras receitas, subtraído dos gastos operacionais, de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2013, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 28.738 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	
Saldo no início do Exercício	22.352
Resultado dos Investimentos Administrativos	1.509
Custeio dos Planos de Benefícios	14.277
Outras receitas administrativas (*)	1.007
Despesas Administrativas	-10.378
Contingências	-29
Saldo Final do Fundo Administrativo	28.738

(*) Reavaliação da sede

Principais Indicadores de Gestão

A Resolução CGPC Nº 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12º que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004. Seguem os indicadores de gestão da Capef, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

a) Variação Orçamentária

mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;

b) Custo Médio de Administração por Participante e Assistido

representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido;

c) Taxa de Administração

corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores;

d) Taxa de Administração dos Investimentos

é a divisão das despesas administrativas dos investimentos sobre os recursos garantidores;

e) Taxa de Administração dos Benefícios

mede a relação das despesas administrativas dos benefícios previdenciais sobre os recursos garantidores;

f) Taxa de Carregamento

corresponde à relação das despesas administrativas sobre o fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);

g) Índice de Cobertura das Despesas Administrativas

equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto às receitas cobrem as despesas administrativas.

As metas e o realizado de cada indicador estão demonstrados na tabela a seguir:

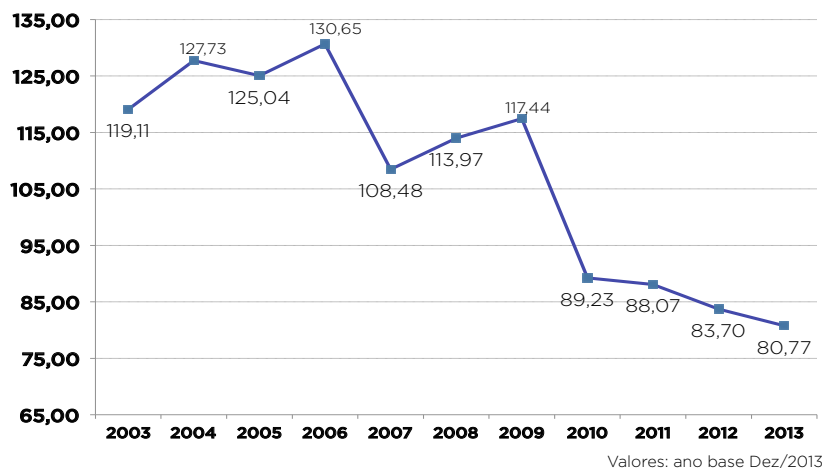
Indicadores de gestão das despesas administrativas

INDICADORES	META	REALIZADO
Variação Orçamentária	10%	-6,88%
Custo médio de administração por Participante	91,68	80,77
Taxa de Administração	0,3675	0,3466
Taxa de Administração de Investimentos	0,178	0,1764
Taxa de Administração de Benefícios	0,1895	0,1702
Taxa de Carregamento	3,2205	2,8701
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	1,26	1,28

Eficiência Comprovada

Os indicadores de gestão do quadro anterior apresentaram desempenho superior à meta estabelecida, comprovando a eficiência na administração dos recursos.

Dentre esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo Mensal por Participante, o qual tem apresentado uma trajetória de redução nos últimos anos, conforme o gráfico a seguir.



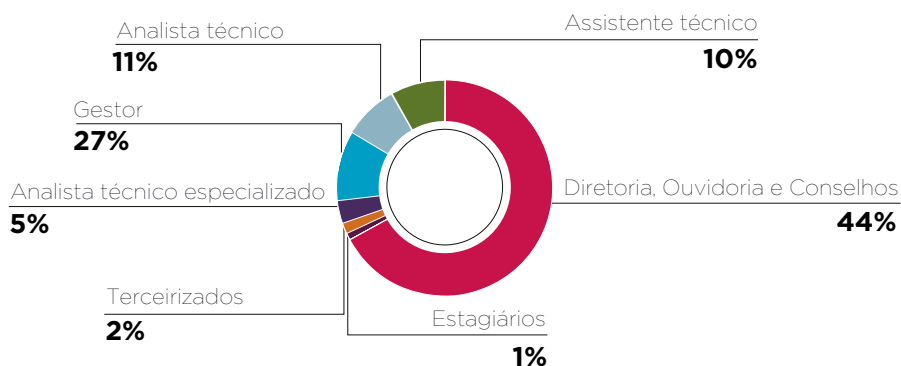
Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capef observou que o seu Custo Administrativo Mensal por Participante encontra-se em patamar inferior à média do mercado e, inclusive, abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de Participantes superior ao seu, conforme pesquisa divulgada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), com base nos dados de dezembro de 2012.

Políticas de Capacitação e Desenvolvimento

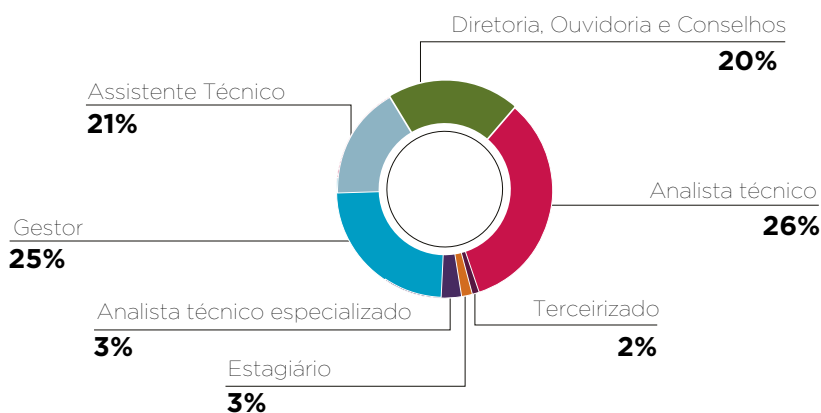
Assegurar que a entidade tenha, dentro de sua estrutura de governança, um quadro de pessoal composto por profissionais tecnicamente qualificados e capazes de fazer frente aos riscos inerentes à atividade previdenciária deve ser uma exigência dos Participantes que depositam a sua confiança na instituição administradora de seus recursos.

Alinhada a essa premissa, a Capef estimula a qualificação dos seus empregados, de modo a ampliar o conhecimento do negócio e fortalecer a integração e disseminação de informações entre eles.

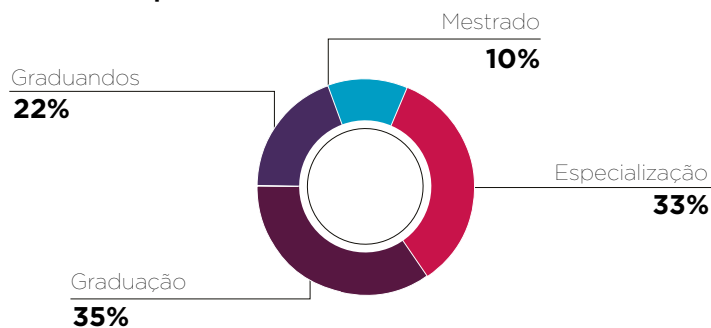
Investimento em Treinamento por Cargo



Carga Horária de Treinamento por Cargo



Escolaridade Corpo Funcional



Capecf é empresa mais lembrada na categoria “Instituição Empregadora”

A oportunidade que a Capecf oferta aos profissionais/alunos do curso de Ciências Atuariais foi tema de homenagem prestada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) à Entidade, por ter sido uma das empresas mais lembradas, na categoria “Instituição Empregadora”.

A Capecf foi a instituição mais votada em uma enquete realizada entre os atuais alunos e egressos desse curso. Segundo a coordenação do evento, a enquete tinha como objetivo eleger as empresas que oferecem relevantes contribuições para o crescimento e desenvolvimento dessa formação.

O Diretor de Previdência da Capecf, Danilo Araújo, representou a Entidade na solenidade de comemoração pelos 20 anos de funcionamento do Curso de Ciências Atuariais, que aconteceu em dezembro/13.

Gestão Previdenciária

“Considero a previdência uma boa opção para diversificar os investimentos de longo prazo e contribuir para a proteção do meu patrimônio. Resolvi aderir ao Plano CVI para planejar um futuro tranquilo e proporcionar proteção para mim e para minha família”.

Michelly Chaves Nunes Ribeiro,
Funcionária Ativa do BNB e Participante do Plano CV I.



2013 foi um ano de bastante trabalho e de importantes conquistas para a Gestão Previdenciária da Entidade, resultando em reflexos positivos para os Participantes e Patrocinadores, conforme apresentados após a distribuição quantitativa dos Associados, segregada por Planos de Benefícios.

PLANO BD

Previdência em Números

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

Com relação ao quantitativo de Participantes do Plano BD, observamos que o número de Assistidos é o dobro dos Ativos, o que evidencia a maturidade do Plano.

Com relação aos perfis dos benefícios de aposentadoria concedidos pela Capef, destaca-se que a grande maioria dos Participantes (83%) aposentou-se por tempo de contribuição, 6% por invalidez, 6% tiveram a aposentadoria postergada, 4% tiveram a aposentadoria antecipada e apenas cinco pessoas aposentaram-se por idade.

PARTICIPANTES ATIVOS	2.283
BNB	2.244
Camed	29
Capef	10
PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	4.448
Aposentados	3.348
por Tempo de Contribuição	2.783
por Invalidez	205
por Idade	5
Antecipada*	148
Postergada*	207
Beneficiários de Pensão	1.100
TOTAL	6.731

(*) Na vigência do Regulamento do Plano BD de 1999, os benefícios concedidos com data anterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Antecipada. E os benefícios concedidos com data posterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Postergada, embora em ambos os casos tratem-se de aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

Dos 2.283 Participantes Ativos, 1.449 (63%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 94% (1.374) com idade entre 45 e 64 anos. Das 834 mulheres, 97% (815) também pertencem àquela faixa etária. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 60 Participantes Ativos com mais de 64 anos de idade.

ATIVOS

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 A 44	10	24	34
45 A 54	390	618	1008
55 A 64	425	756	1181
ACIMA DE 64	9	51	60
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.100	1.100	1.100
TOTAL	834	1449	2283

Dos 3.348 aposentados, 2.446 (73%) pertencem ao sexo masculino, dos quais mais da metade (1.370) com idades entre 65 e 74 anos. Das 902 mulheres, mais da metade (585) pertence à faixa etária de 55 a 64 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Assistidos com idade superior a 74 anos de idade.

ASSISTIDOS

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 A 44	1	1	2
45 A 54	50	23	73
55 A 64	585	368	953
65 A 74	175	1370	1545
75 A 84	82	617	699
ACIMA DE 84 ANOS	9	67	76
TOTAL	902	2446	3348

Dos 1.100 Beneficiários de Pensão, 999 (90%) pertencem ao sexo feminino e 80% desse segmento estão distribuídos entre as faixas etárias de 55 e 84 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Beneficiários com idade superior a 74 anos de idade.

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ATÉ 24	0	1	1
25 A 34	36	48	84
35 A 44	21	7	28
45 A 54	80	10	90
55 A 64	218	15	233
65 A 74	321	14	335
75 A 84	265	5	270
ACIMA DE 84 ANOS	58	1	59
TOTAL	999	101	1100

Em 2013, foram pagos R\$ 253,89 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 43.835 pagamentos, com valor médio de 5.791,97. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 29,71 milhões, distribuídos em 13.125 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.263,99.

BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	43.835	253.890.788,42	5.791,97
Suplementação de Pensão	13.125	29.714.816,86	2.263,99
Total	56.960	283.605.605,28	4.979,03

Recadastramento

Com o objetivo de conferir segurança à folha de pagamentos, evitando que benefícios sejam pagos indevidamente, causando prejuízos ao Plano BD e, conseqüentemente, a todos os seus Participantes, anualmente a Capecf realiza o recadastramento de seus Participantes. Segregados por grupos de Aposentados e Pensionistas, em 2013 o foco dessa ação recaiu sobre os Pensionistas, cujo resultado alcançou 99,80% de recadastrados.

Além de se tratar de uma exigência legal da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, o recadastramento também possibilitou uma comunicação ainda mais ágil e eficiente entre a Capecf e os seus Associados, através do envio periódico de publicações e documentos impressos e eletrônicos.

Alterações Regulamentares

Dando continuidade aos processos de melhorias do Plano BD, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme Portaria nº 697, de 12 de dezembro de 2013, a alteração no Art. 86 do Regulamento do Plano, que aborda a forma de atualização dos benefícios.

Essa alteração mantém a atualização dos benefícios em função do cumprimento da meta de rentabilidade dos investimentos, dentro do intervalo de 30% a 100% de variação do INPC. Contudo, beneficiará os Participantes, pois permitirá a recomposição de reajustes que tenham sido concedidos abaixo da inflação, com rentabilidades excedentes à meta atuarial do plano, verificadas a partir de 2012.

Reajuste do Benefício e Redução da Contribuição

A alteração no Regulamento, aliado aos bons resultados do Plano, possibilitou a concessão de um reajuste de 7% nos benefícios dos Participantes para o ano de 2014, superior ao INPC de 5,56%, proporcionando a recomposição de parte do reajuste concedido abaixo da inflação no ano de 2009, quando a meta atuarial não foi alcançada.

Além do reajuste acima da inflação, também foi possível reduzir a taxa de contribuição dos Participantes Assistidos, passando de 21,5% para 21,25%, a partir de janeiro de 2014, voltando ao percentual vigente em 2011.

Redução da Meta Atuarial para 5,75%

Em atendimento à determinação da Resolução nº 9, de 29/11/2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, mediante apreciação do Conselho Deliberativo da Capecf, a meta atuarial do Plano BD foi reduzida de 6% para 5,75%, com vigência a partir do final do exercício de 2013. Referida Resolução determina a redução gradual da taxa máxima de juros adotada nas avaliações atuariais dos fundos de pensão nacionais, no mínimo em 0,25 ponto percentual por ano, a partir das avaliações atuariais de encerramento do exercício de 2013 até o encerramento do exercício de 2018, quando o limite será de 4,5% a.a.

A motivação da medida do CNPC foi a trajetória da queda da taxa básica de juros no Brasil, observada a partir do segundo semestre de 2011. Por acreditar que a tendência no longo prazo deverá continuar sendo de taxas mais baixas no País, o CNPC quer aproximar as previsões de rendimentos dos investimentos com a realidade do mercado financeiro, dando mais

segurança aos Participantes no cálculo dos ativos necessários para cumprir as obrigações previdenciárias.

Com a nova meta atuarial de 5,75%, houve uma elevação nas obrigações do Plano da ordem de R\$ 58,9 milhões. Esse aumento, contudo, foi suportado pelo resultado dos investimentos obtido no ano de 2013.

O QUE É META ATUARIAL?

É a taxa de juros utilizada para calcular o valor presente de todas as obrigações futuras do plano. Quanto menor for essa taxa, maior será a obrigação do plano.

Destinação dos Resultados

Confira abaixo como ficou a destinação dos Resultados do Plano BD

	(em milhões)
Superávit dez/2012	26,51
Resultado obtido em 2013	106,80
Total - Posição Dez/2013*	133,31

DESTINAÇÃO	PERCENTUAL	CONSUMO DE RESERVA (em milhões)
Recomposição acima do INPC	1,44%	34,82
Redução da taxa de contribuição	0,25%	19,11
Redução da Meta Atuarial	0,25%	58,86
Total - Posição Dez/2013**		20,52

(*) Antes das destinações

(**) Após destinações

PLANO CV I

Previdência em Números

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (99%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos, totalizando apenas dez Assistidos/Beneficiários.

PARTICIPANTES ATIVOS	3.967
BNB	3.911
Capef	56
PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	10
Aposentados por Invalidez	3
Beneficiários de Pensão	7
TOTAL	3.977

Dos 3.967 Participantes Ativos, 2.645 (66%) são homens, dos quais 1.139 (43%) pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 34 anos de idade. Entre as mulheres, observamos que 515 (38%) pertencem à mesma faixa etária.

ATIVOS

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
0 A 24	30	68	98
25 A 34	515	1139	1654
35 A 44	422	730	1152
45 A 54	221	470	691
55 A 64	127	229	356
ACIMA DE 64	7	9	16
TOTAL	1322	2645	3967

Dentre os três Aposentados, destacamos que dois deles pertencem ao sexo masculino e apenas um pertence ao sexo feminino, sendo todos distribuídos na faixa etária entre 35 e 54 anos de idade. Destaca-se que todos os Assistidos foram aposentados por invalidez.

ASSISTIDOS

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 A 44	0	1	1
44 A 54	1	1	2
TOTAL	1	2	3

Dentre os sete Beneficiários de Pensão, destacamos que quatro deles pertencem ao sexo Feminino e três pertencem ao sexo Masculino, distribuída, a maioria, na faixa etária até os 44 anos de idade.

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ATÉ 24	1	2	3
25 A 34	1	0	1
35 A 44	1	0	1
45 A 54	0	1	1
55 A 64	1	0	1
TOTAL	4	3	7

Em 2013, foram pagos R\$ 20.656,96 em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 16 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.291,06. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 37.101,35, distribuídos em 52 pagamentos, com o valor médio de R\$ 713,49.

BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	16	20.656,96	1.291,06
Suplementação de Pensão	52	37.101,35	713,49
Total	68	57.758,31	849,39

Campanha de Fomento à Adesão

Cientes da importância da renda complementar na fase de aposentadoria, a Capef vem intensificando ações de divulgação do Plano CV I, para os funcionários que ainda estão sem cobertura previdenciária, destacando suas vantagens e benefícios e esclarecendo dúvidas relacionadas ao Plano. Dentre as principais ações realizadas em 2013 podem ser destacadas:

- **Visitas programadas às unidades do BNB**

No 1º semestre de 2013, foram realizadas visitas a diversos ambientes da direção geral do Banco, em Fortaleza, e a unidades do Banco localizadas em outras capitais, por ocasião dos cursos de finanças pessoais, com o objetivo de conversar, realizar simulações e esclarecer eventuais dúvidas dos funcionários ainda não participantes do Plano CV I.

- **Malas diretas personalizadas**

Com o objetivo de ressaltar as vantagens do Plano CV I e estimular os aportes facultativos para incremento da poupança previdenciária, fazendo um paralelo com importantes datas comemorativas, foram enviadas malas diretas periódicas para participantes e funcionários que ainda não aderiram ao Plano.

- **Vídeos Institucionais e Testemunhais**

Ao longo do ano, foram produzidos vários vídeos de apoio à divulgação do Plano CV I, apresentando as características e vantagens do Plano, contendo testemunhos de Participantes e Diretores do Banco.

- **Adesão Simplificada**

A Capef faz uma apresentação institucional sobre a Entidade e sobre o Plano CV I no curso de integração dos novos funcionários do BNB. Esse procedimento tem auxiliado na compreensão da importância da previdência complementar.

Ciente das vantagens do Plano e preocupada em resguardar os direitos desses Participantes, a Capef ainda faculta a esse público a opção de cancelamento da inscrição no prazo de até 60 dias, com devolução integral dos recursos investidos.

Essa prática vem se mostrando eficaz, onde o percentual de adesão em 2013 superou 95%, conforme quadro a seguir.

MÊS	FUNCIONÁRIOS CONVOCADOS	ADESÕES	% ADESÃO
JAN/13	34	32	94%
fev/13	3	3	100%
mar/13	7	4	57%
abr/13	108	107	99%
mai/13	8	8	100%
jun/13	7	6	86%
JUL/13	5	3	60%
ago/13	3	2	67%
set/13	93	93	100%
out/13	13	11	85%
nov/13	49	46	94%
dez/13	48	47	98%
Acumulado	378	362	96%

Como resultado dessas iniciativas, o Plano CV I obteve 493 novas adesões* em 2013, encerrando o ano com um total 3.977 Participantes.

* Esse total de 493 é o resultado das adesões advindas através da adesão simplificada (362) e através das demais ações de divulgação do Plano (131).

Mudanças nas Tábuas Biométricas do Plano

Em 2013 o Plano CV I, que foi lançado em maio de 2010, completou três anos, período mínimo aceito pela Previc para a realização dos estudos das tábuas biométricas, cujo objetivo é avaliar periodicamente a aderência dos eventos projetados, como invalidez e morte, à realidade do grupo de Participantes do Plano.

Como resultado desse estudo, foi detectada a necessidade de adequação de duas das três tábuas utilizadas atualmente pelo Plano, de forma a considerar probabilidades menores de morte e invalidez. Com isso, os valores descontados da contribuição dos Participantes para a cobertura dos riscos de morte e invalidez foram reduzidos, sendo destinada uma maior parcela da contribuição mensal à conta individual, aumentando a reserva acumulada.

Outro efeito da redução das probabilidades de morte é o aumento da expectativa de vida, que implica na necessidade de um valor maior de recursos para o pagamento de benefício depois da fase de renda certa de 22 anos.

As tábuas que sofreram alterações foram as de sobrevivência de válidos e entrada de invalidez, conforme a tabela abaixo.

TÁBUAS BIOMÉTRICAS	ATÉ 2013	ATÉ 2014
Sobrevivência de Válidos	AT-2000 Masculina	RP2000 Unissex (70% masculina) suavizada em 20%*
Entrada de Invalidez	Experiência CAPEF (fraca)	Álvaro Vindas suavizada* em 50%
Sobrevivência de Inválidos	IAPC (fraca)	Não sofreu alterações

* A suavização de uma tábua corresponde a um procedimento técnico para redução percentual das taxas de incidência da tábua original, com o objetivo de identificar a melhor aderência ao grupo de Participantes.

O QUE SÃO TÁBUAS BIOMÉTRICAS?

São dados estatísticos utilizados geralmente por atuários, que possibilitam avaliar o comportamento de um determinado grupo de pessoas quanto à mortalidade, invalidez e outros eventos biométricos. A partir dessas tábuas é possível, por exemplo, estimar o tempo de vida e a probabilidade de morte e invalidez dos indivíduos.

Gestão dos Investimentos

“A gestão participativa dos Associados na elaboração da Política de Investimentos da Capef, através do Seminário de Investimentos, é bastante proveitosa. Eu sempre faço um esforço para estar presente todos os anos nesse evento, porque as palestras dos profissionais de outras instituições financeiras nos dão subsídios para selecionar melhor os nossos ativos, baseado numa média dos cenários apresentados.”

Nilo Tinoco Miranda,
Participante Assistido Plano BD.



Para a Gestão dos Investimentos de qualquer fundo de pensão, 2013 foi um ano de turbulenta crise financeira. Praticamente todos os principais índices referenciais de *performance* do mercado, chamados de 'benchmark', apresentaram números negativos, decepcionando a grande maioria dos investidores institucionais do país.

Contudo, ainda que o cenário não tenha sido favorável, a Capef obteve resultados que merecem ser destacados neste tópico, como por exemplo, a superação da meta atuarial do Plano BD, cuja rentabilidade alcançou 14,45%, equivalente a 122% da meta atuarial, de 11,89%.

Brasil

No Brasil, em 2013, o pessimismo vivenciado ao longo do ano pelo mercado doméstico, decorreu basicamente dos seguintes fatores: a) impactos das medidas do governo em alguns setores da economia; b) uma maior preocupação com o resultado observado nas contas fiscais brasileiras e; c) a expectativa do início da retirada dos estímulos monetários da economia americana, efetuada através do programa de recompra de ativos. Estes fatores elevaram as incertezas do cenário, impactando de forma negativa o nível de atividade da economia brasileira, bem como no desempenho dos mercados de maneira geral.

A bolsa brasileira teve um dos piores resultados apresentado nos últimos tempos. Em 2013, o índice Ibovespa registrou uma desvalorização das ações de -15,50%. No mercado de renda fixa, a taxa de juros real de negociação dos títulos públicos federais com vencimento em 2050 saiu de um patamar de 3,9% ao ano, no mês de janeiro, para 6,52%a.a. no final do ano. Esse mesmo comportamento foi observado no mercado de renda fixa corporativo onde as empresas estão pagando prêmios mais elevados para financiar suas atividades. No mercado de câmbio não foi diferente, a moeda brasileira sofreu uma depreciação elevada. Em momentos de estresse a taxa de câmbio chegou a ser cotada a R\$ 2,45, apesar das intervenções do Banco Central no mercado na tentativa de conter a volatilidade.

Com relação ao nível de atividade, a projeção de 3,5% efetuada pelo FMI no início de 2013, não foi alcançada. O PIB fechou o ano de 2013 com um crescimento de 2,3%. As previsões para o ano de 2014 não estão muito otimistas. O impulso do crédito, da elevação da renda e do mercado de trabalho serão menores no crescimento da economia. O investimento terá uma contribuição mais restrita, face elevação dos juros, e os gastos do governo estarão limitados pela necessidade de estabilização da dívida brasileira. A partir de 2015, é que se espera uma aceleração maior da economia brasileira. Para o ano de 2014, a Capef trabalhará com um PIB crescendo algo em torno de 1,60%.

Com relação à inflação, em 2013, o resultado do IPCA foi de 5,92%, dentro do limite do teto da meta. No intuito de conter as pressões inflacionárias, o Banco Central iniciou, no final do primeiro trimestre de 2013, um ciclo de alta na taxa de juros, elevando a SELIC para 10% ao ano. Em 2014, espera-se que a taxa de juros feche o ano no patamar de 11% e a inflação medida pelo IPCA fique, em 5,92%.

Resultado dos Investimentos - Plano BD

Rentabilidade

O Plano BD, em 2013, alcançou rentabilidade de 14,452%, superando a meta atuarial (INPC+6% a.a., equivalente a 11,896%) em 2,56 pontos percentuais. Dentre os segmentos de aplicação, o de Imóveis foi o grande destaque, com resultado positivo de 73,714%, seguido pela carteira de Operação com Participantes com rentabilidade de 13,931%.

RENTABILIDADE PLANO BD

Renda Fixa	10,808%
Renda Variável	1,570%
Investimentos Estruturados	-11,888%
Imóveis	73,714%
Operação com Participantes	13,931%
Total dos Investimentos	14,452%

Renda Fixa

Ao final de 2013, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 10,808%, inferior à meta atuarial em 1,088 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 82,50% dos recursos do Plano BD. O Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário Exclusivo encerrou o ano com a seguinte composição: 97,35% em títulos atrelados ao IPCA (NTNB); 2,45% em títulos corrigidos pela Selic (taxa básica de juros do Bacen); e 0,20% em quotas de fundos. A parcela de Renda Fixa está alocada em fundo de investimento exclusivo (administrado pelo BNB com Gestão compartilhada com a Capecf), um fundo multimercado (administrado pelo Banco BNY Mellon e Gestão Capecf) e um fundo aberto do BTG Pactual (administrado e gerido pelo BTG Pactual).

Renda Variável

Em 2013, o mercado de ações brasileiro foi marcado por forte volatilidade, movido principalmente pela expectativa de retirada dos estímulos econômicos da economia americana, pelo desaquecimento da economia chinesa e baixa perspectiva de crescimento do PIB brasileiro. O Ibovespa encerrou 2013 com uma desvalorização de -15,496%, enquanto o IBRX50 se desvalorizou -4,409%. Apesar do cenário adverso, a carteira de ações, que representava 4,45% do total dos investimentos da Capecf no final de 2013, obteve uma *performance* de 1,57% no ano. Esse desempenho deveu-se basicamente à valorização das ações da Patrocinadora que apresentaram uma *performance* positiva de 66,23%.

Investimentos Estruturados

Em 2013, o IFIX, indicador que mede o desempenho dos fundos de investimentos imobiliários negociado na bolsa de valores, apresentou um desempenho negativo de 12,651%. O segmento de Investimentos Estruturados do Plano BD é composto basicamente por fundos imobiliários. A *performance* dos ativos da carteira foi de -11,888%, superior ao desempenho observado no mercado de fundos imobiliários.

Imóveis

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 9,69% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 73,714%, superando, portanto, a meta atuarial de 11,896%.

O principal fator relevante, que culminou nessa rentabilidade foi a contabilização da avaliação de 10 unidades imobiliárias, na qual incrementaram uma receita da ordem de R\$ 102.303 mil no ano de 2013. Referido resultado de reavaliação positiva culminou no desenquadramento passivo da carteira de imóveis cujo limite legal é de 8%. No entanto, a legislação estabelece um prazo de até dois anos para o reenquadramento ao limite permitido.

O índice geral de vacância fechou o ano de 2013 em 7,72%. As unidades vacantes mais representativas estão situadas nos imóveis Ed. Catabas Center, em Salvador, Ed. Manhattan Tower e Ed. Visconde de Ouro Preto, ambos no Rio de Janeiro, que retrata 77,16% desse indicador.

A carteira de imóveis do Plano BD, administrada pela Capef, experimentou, ainda, outra modificação patrimonial positiva, decorrente de reformas, resultando em uma valorização de R\$ 630 mil para o segmento de edificações

Operações com Participantes

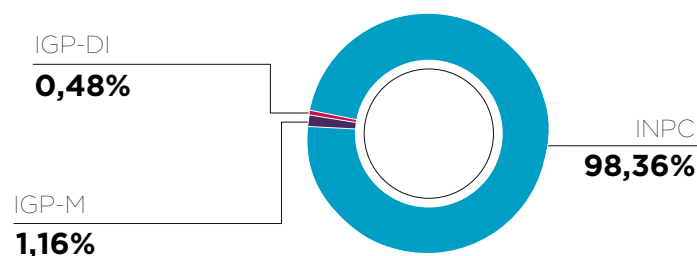
O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 3,06% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários.

Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 13,931%, superando, portanto, a meta atuarial de 11,896%

Empréstimos a Participantes

No exercício de 2013, o Plano BD realizou 1.439 liberações da linha EAP 2012. A linha EAP 2012 possibilita aos Participantes a adesão à suspensão programada de pagamento das prestações em um trimestre anual fixo até o término do contrato, sendo essa opção manifestada no momento da contratação. A suspensão programada também está aberta aos contratos das linhas anteriores a este, através do processo de migração do empréstimo para a nova linha EAP 2012. O portfólio no final do ano é de 7.103 contratos ativos, totalizando R\$ 80.555 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. No que se refere à composição dos saldos devedores por tipo de indexador, a carteira de empréstimos ficou distribuída de acordo com o gráfico a seguir:

Distribuição por índice financeiro



Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o fundo garantidor de empréstimo unificado, com adesão obrigatória e custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento. Ao final de 2013, o fundo registrou saldo de R\$ 3.857 mil.

No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 14,732%, superando a meta atuarial (INPC + 6%) de 11,896%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 188,91 mil no período.

Financiamentos Imobiliários

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 65 contratos ativos. Ao final de 2013, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 6.192 mil. Todos os contratos estão cobertos por apólice de seguro prestamista.

Demonstrativo de Investimentos

Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS
Total dos Investimentos	2.834.466,26	100,00%
Renda Fixa	2.338.312,98	82,50%
Renda Variável	125.993,04	4,45%
Investimentos Estruturados	8.718,41	0,31%
Imóveis	274.693,57	9,69%
Operações com Participantes	86.748,26	3,06%

No final do ano, o total dos investimentos alcançou o montante de R\$ 2,83 bilhões. O quadro a seguir apresenta o desempenho dos investimentos nos últimos cinco anos, evidenciando a superação da meta atuarial ao longo dos exercícios analisados.

Rentabilidade dos investimentos nos últimos 5 anos (%)

DESCRIÇÃO	2013	2012	2011	2010	2009
Rentabilidade Nominal	14,45	13,54	12,97	18,12	17,21
INPC	5,56	6,20	6,08	6,41	4,11
Rentabilidade Real	8,42	6,91	6,50	11,00	12,58
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial de 6%	2,42	0,91	0,50	5,00	6,58

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 9,057%, calculada pela média geométrica dos retornos

anuais, superando em 3,057 pontos percentuais a taxa de juros atuarial, de 6% ao ano.

Resultado dos Investimentos - Plano CV I

Demonstrativo de Investimentos

Em 2013, os recursos do Plano ficaram distribuídos em títulos públicos federais (NTN-B), quotas do Fundo de Renda Fixa (Banco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo), aplicação em DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito) e debêntures. No segmento de Renda Variável, os investimentos foram alocados em ações e quotas de fundos de ações. O Plano CV I ainda possui aplicações no segmento de Investimentos Estruturados, que possui cotas de fundos imobiliários, além de uma carteira de Empréstimo para o Plano CV I.

Em 31/12/2013, o total de investimentos no Plano CV I era de R\$ 180.127,37 mil, alocados no segmento de Renda Fixa (82,53%), no segmento de Renda Variável (9,97%), no segmento de Investimentos Estruturados (6,18%) e no segmento de Empréstimos (1,32%). O Plano obteve rentabilidade de -1,579% no ano, enquanto a rentabilidade de seu benchmark (IPCA+5,5%) no mesmo período foi de 11,736%. A performance do fundo foi impactada negativamente pelas parcelas de recursos alocada no segmento de renda variável e investimentos estruturados, com um desempenho de -14,538% e -6,805%, respectivamente. No quadro a seguir é apresentada a rentabilidade dos segmentos que compõem a carteira do plano.

RENTABILIDADE PLANO CV	
Renda Fixa	2,810%
Renda Variável	-14,538%
Investimentos Estruturados	-6,805%
Empréstimo	13,578%
Total dos Investimentos	-1,579%

Renda Fixa

Ao final de 2013, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 2,81%, inferior à meta atuarial. Impactado, principalmente, pelo efeito da marcação a mercado dos títulos públicos, que representa 35,86% do total do Plano. Na carteira de Renda Fixa, estão alocados 82,53% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por títulos públicos (NTN-B), quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário Exclusivo, debêntures e DPGE.

Renda Variável

Em 2013, o mercado de ações brasileiro foi marcado por forte volatilidade, movido principalmente pela expectativa de retirada dos estímulos econômicos do mercado americano; pelo desaquecimento da economia chinesa e baixa perspectiva de crescimento do PIB brasileiro. O Ibovespa encerrou 2013 com uma desvalorização de -15,496%, enquanto o IBRX50 se desvalorizou -4,409%. A carteira de ações, que representava 9,97% do total dos investimentos do Plano CV I, obteve uma performance de -14,538% no ano. Esse desempenho deveu-se, principalmente, a alocação em ações como VALE5, PETR4, BRML3, ALLL3 e CCRO3.

Investimentos Estruturados

O segmento de Investimentos Estruturados do Plano CV I é composto por fundos imobiliários. Em 2013, a performance do segmento foi de -6,805%, superior ao desempenho do IFIX, índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa, que se desvalorizou 12,651% no mesmo período.

Operações com Participantes

O segmento Operações com Participantes, no qual estão alocados 1,32% dos recursos do Plano CV I, compreende somente Empréstimos aos Participantes.

Durante o exercício de 2013, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 13,578%, superando a meta atuarial (IPCA + 5,5%) de 11,736%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 4,78 mil no período.

Empréstimos a Participantes

Desde outubro de 2012, a Capef disponibiliza a linha de Empréstimos aos Participantes do Plano CV I. A contratação de empréstimo na linha EAP 2012 possibilita aos Participantes a adesão à suspensão programada de pagamento das prestações em um trimestre anual fixo até o término do contrato, sendo essa opção manifestada no momento da contratação. No exercício de 2013, o Plano CV I realizou 408 liberações na linha EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 514 contratos ativos, no valor de R\$ 2.376 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA.

Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, existe o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2013, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 12,78 mil.

Resultado dos Investimentos - Plano Gestor

Demonstrativo de Investimentos

Por força da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) deveriam adotar uma nova planificação contábil, a partir de janeiro de 2010. Uma dessas alterações se deu no âmbito administrativo, com a criação do Plano de Gestão Administrativa - PGA para as EFPCs.

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento nas despesas administrativas, responsável pela gestão administrativa cotidiana por meio de regulamento próprio, conferindo-lhe, assim, mais transparência. Em decorrência de suas características, os recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento: Renda Fixa Previdenciário Exclusivo. Em 31/12/2013, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 16.445,79 mil.

RENTABILIDADE PLANO GESTOR

Renda Fixa	11,465%
Total dos Investimentos	28,570%

Resumo dos Investimentos

Patrimônio consolidado

SEGMENTOS	2012		2013		(% POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS))
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos da Entidade	2.760.016,84	-	3.010.755,41		
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	2.623.443,03	-	2.814.165,22	-	-
Total Investimentos	2.643.184,50	100,00	2.834.466,26	100,00	-
Renda Fixa	2.237.524,15	84,65	2.338.312,98	82,50	70 - 100
Renda Variável	138.908,84	5,26	125.993,04	4,45	0 - 8
Investimentos Estruturados	177,17	0,01	8.718,41	0,31	0 - 4
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-
Imóveis	174.027,36	6,58	274.693,57	9,69	0 - 8
Operações com Participantes	92.546,98	3,50	86.748,26	3,06	0 - 10
Empréstimos	86.456,46	3,27	80.555,61	2,84	-
Financiamentos Imobiliários	6.090,53	0,23	6.192,65	0,22	-
Disponível - Caixa	10,10	-	456,29	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	641,72	-	799,73	-	-
Passivo de Investimentos	(18.319,88)	-	(19.224,73)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.073,41)	-	(2.332,33)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	124.921,66	-	180.144,40	-	-
Total Investimentos	126.388,49	100,00	180.127,37	100,00	-
Renda Fixa	87.657,41	69,36	148.663,14	82,53	32 - 100
Renda Variável	32.787,09	25,94	17.965,56	9,97	0 - 30
Investimentos Estruturados	5.006,74	3,96	11.122,37	6,17	0 - 15
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	937,25	0,74	2.376,31	1,32	0 - 15
Disponível - Caixa	86,14	-	21,78	-	-
Passivo Investimentos	(1.552,97)	-	(4,76)	-	-
Total Investimentos - PGA	11.652,16	100,00	16.445,79	100,00	-
Renda Fixa	11.652,16	100,00	16.445,79	100,00	0 - 100

Resumo dos Investimentos Plano BD

Distribuição por segmento

SEGMENTOS	2012		2013		(% POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS))
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	2.623.443,03	-	2.814.165,22	-	-
Total Investimentos	2.643.184,50	100,00	2.834.466,26	100,00	-
Renda Fixa	2.237.524,15	84,65	2.338.312,98	82,50	70 - 100
Renda Variável	138.908,84	5,26	125.993,04	4,45	0 - 8
Investimentos Estruturados	177,17	0,01	8.718,41	0,31	0 - 4
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-
Imóveis	174.027,36	6,58	274.693,57	9,69	0 - 8
Operações com Participantes	92.546,98	3,50	86.748,26	3,06	0 - 10
Empréstimos	86.456,46	3,27	80.555,61	2,84	-
Financiamentos Imobiliários	6.090,53	0,23	6.192,65	0,22	-
Disponível - Caixa	10,10	-	456,29	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	641,72	-	799,73	-	-
Passivo de Investimentos	(18.319,88)	-	(19.224,73)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.073,41)	-	(2.332,33)	-	-

Rentabilidade

SEGMENTOS	2012		2013	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	2.623.443,03	13,54	2.814.165,22	14,45
Total Investimentos	2.643.184,50	-	2.834.466,26	-
Renda Fixa	2.237.524,15	14,40	2.338.312,98	10,81
Renda Variável	138.908,84	4,36	125.993,04	1,57
Investimentos Estruturados	177,17	-	8.718,41	(11,89)
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	174.027,36	8,29	274.693,57	73,71
Operações com Participantes	92.546,98	14,45	86.748,26	13,93
Empréstimos	86.456,46	14,90	80.555,61	14,73
Financiamentos Imobiliários	6.090,53	8,41	6.192,65	3,66
Disponível - Caixa	10,10	-	456,29	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	641,72	-	799,73	-
Passivo de Investimentos	(18.319,88)	-	(19.224,73)	-
Contingência de Investimentos	(2.073,41)	-	(2.332,33)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	8,40	-	8,07
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	9,87	-	(4,41)
Meta Atuarial (INPC + 6% a.a.)	-	12,57	-	11,90

Gestão Terceirizada

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.270.751,16	97,06	80,11	0,05
Itaú	21.163,90	0,90	0,75	0,40
BTG Pactual	17.117,59	0,73	0,60	0,50
SulAmérica	21.964,91	0,94	0,77	0,20
Brasil Plural	4.075,00	0,17	0,14	0,25
Fator	4.500,00	0,19	0,16	1,25
Total	2.339.572,56	100,00	82,54	-

Demonstrativo de Investimentos

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD DA CAPEF		2.835.265.988,74
AÇÕES		10.514.714,02
PATROCINADOR(ES)		10.514.714,02
A VISTA		10.514.714,02
Valor de Mercado a Vista		10.514.714,02
FUNDO DE INVESTIMENTO		2.462.509.716,49
RENDA FIXA		2.215.236.942,95
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA		2.215.236.942,95
QFIF - RF		2.215.280.669,42
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)		238.460,10
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial		(282.288,97)
OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA		102,40
Pagamentos a Recuperar		102,40
AÇÕES		115.478.325,20
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES		55.190.777,57
Banco do Nordeste do Brasil S/A		55.190.777,57
FUNDO APLICADO EM QUOTAS FD INV RENDA VARIÁVEL		60.287.547,63
Banco do Nordeste do Brasil S/A		60.287.547,63
MULTIMERCADO		123.076.039,30
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO		123.076.039,30
EMPRESAS EMERGENTES		143.409,04
QUOTAS FUNDO DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		143.409,04
QFIEE		153.854,41
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial		(10.445,37)
IMOBILIÁRIO		8.575.000,00
FDO APLIC QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		8.575.000,00
Valor de Mercado - FAQFII		8.575.000,00
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		274.693.574,51
Comerciais		268.713.031,91
Apartamentos Residenciais		276.687,50
Direitos Alienações de Imóveis		2.525.465,68
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)		3.178.389,42
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES		80.555.611,19
Empréstimos		80.555.611,19
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES		6.192.645,87
Financiamentos Imobiliários		6.192.645,87
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS		293.634,79
Depósito Judicial		293.634,79
OUTROS REALIZÁVEIS		506.091,87
Impostos a Compensar		8.917.096,29
Crédito de OFND		(8.411.004,42)

Custos com Investimentos incorridos em 2013**Consultoria de Investimentos**

A Capecf não mantém contrato de Consultoria de Investimentos.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre a prestação dos serviços de custódia e controladoria.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

- Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0,04% a.a.
- Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Variável: 0,2% a 0,5% a.a
- A Devolução de Corretagem sobre a tabela da Bovespa correspondeu, em média, a 90%.

Administrador Responsável

Fernando Barros de Lima (Diretor de Administração e Investimentos)

E-mail: fernando.barros@capecf.com.br

Resumo dos Investimentos Plano CV I**Distribuição por segmento**

SEGMENTOS	2012		2013		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	124.921,66	-	180.144,40	-	-
Total Investimentos	126.388,49	70,17	180.127,37	100,00	-
Renda Fixa	87.657,41	48,66	148.663,14	82,53	32 - 100
Renda Variável	32.787,09	18,20	17.965,56	9,97	0 - 30
Investimentos Estruturados	5.006,74	2,78	11.122,37	6,17	0 - 15
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	937,25	0,52	2.376,31	1,32	0 - 15
Disponível - Caixa	86,14	-	21,78	-	-
Passivo Investimentos	(1.552,97)	-	(4,76)	-	-

Rentabilidade

SEGMENTOS	2012		2013	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	124.921,66	14,31	180.144,40	(1,58)
Total Investimentos	126.388,49	-	180.127,37	-
Renda Fixa	87.657,41	14,95	148.663,14	2,81
Renda Variável	32.787,09	17,70	17.965,56	(14,54)
Investimentos Estruturados	5.006,74	1,86	11.122,37	(6,81)
Empréstimos	937,25	3,27	2.376,31	13,58
Disponível - Caixa	86,14	-	21,78	-
Passivo Investimentos	(1.552,97)	-	(4,76)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	8,40	-	8,07
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	9,87	-	(4,41)
Meta atuarial (IPCA + 5,5%aa)	-	11,66	-	11,74

Gestão Terceirizada

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	61.183,40	76,41	33,97	0,04
BTG Pactual	3.256,21	4,07	1,81	3,00
Rio Bravo	6.088,31	7,60	3,38	2,00
SulAmerica	1.429,19	1,78	0,79	1,50
TRX	261,42	0,33	0,15	1,28
Brasil Plural	6.236,66	7,79	3,46	0,25
Fator	1.612,53	2,01	0,90	1,25
Total	80.067,73	100,00	44,45	-

Demonstrativo de Investimentos de Renda Fixa

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I DA CAPEF	180.127.373,88
TÍTULOS PÚBLICOS	64.590.786,50
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	64.590.786,50
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	64.590.786,50
Valor Atualizado - NTNB	64.590.786,50
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	22.889.950,16
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	13.625.205,07
DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL	13.625.205,07
Aplicação em DPGE	13.625.205,07
COMPANHIAS ABERTAS	9.264.745,09
DEBENTURES	9.264.745,09
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas	9.264.745,09
AÇÕES	9.244.102,98
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	366.000,00
Valor de Mercado - Instituições Financeiras	366.000,00
COMPANHIAS ABERTAS	8.878.102,98
Valor de Mercado - Companhias Abertas	8.878.102,98
FUNDOS DE INVESTIMENTO	81.026.228,87
RENDA FIXA	61.182.399,69
QTAS. FUNDOS INVESTS. FINANCS. - RENDA FIXA	61.182.399,69
Valor Atualizado - QFIF-RF	61.182.399,69
AÇÕES	8.721.457,58
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES	8.721.457,58
Valor de Mercado-Fundo de Ações	8.721.457,58
IMOBILIÁRIO	11.122.371,60
QUOTAS FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO]	11.122.371,60
Valor de Mercado-QFIIMOB	11.122.371,60
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.376.305,37
EMPRÉSTIMOS	2.376.305,37
EAP 2012 (IPCA)	2.376.305,37

Custos com Investimentos incorridos em 2013

Consultoria de Investimentos

A Capef não mantém contrato de Consultoria de Investimentos.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre a prestação dos serviços de custódia e controladoria.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

- Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0,04% a.a.
- A Devolução de Corretagem sobre a tabela da Bovespa correspondeu, em média, a 90%.

Administrador Responsável

Fernando Barros de Lima (Diretor de Administração e Investimentos)

E-mail: fernando.barros@capef.com.br

Resumo do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Distribuição por segmento

SEGMENTOS	2012		2013		(%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total Investimentos	11.652,16	100,00	16.445,79	100,00	-
Renda Fixa	11.652,16	100,00	16.445,79	100,00	0 - 100

Rentabilidade

SEGMENTOS	2012		2013	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total Investimentos	11.652,16	14,60	16.445,79	28,57
Renda Fixa	11.652,16	14,60	16.445,79	11,47

Gestão Terceirizada

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	16.445.790,82	100,00	100,00	0,04
Total	16.445.790,82	-	-	-

Demonstrativo de Investimentos de Renda Fixa

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA DA CAPEF	16.445.790,82
FUNDO DE INVESTIMENTO	16.445.790,82
RENTA FIXA	16.445.790,82
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	16.445.790,82
QFIF -RF	16.445.790,82

Custos com Investimentos incorridos em 2013

Consultoria de Investimentos

A Capec não mantém contrato de Consultoria de Investimentos.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre a prestação dos serviços de custódia e controladoria.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

- Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0,04% a.a.

Administrador Responsável

Fernando Barros de Lima (Diretor de Administração e Investimentos)

E-mail: fernando.barros@capef.com.br

*Demonstrações
Contábeis do
Exercício 2013*

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

ATIVO	Exercício 2013	Exercício 2012	PASSIVO	Exercício 2013	Exercício 2012
DISPONÍVEL	479	98	EXIGÍVEL OPERACIONAL	22.010	21.992
REALIZÁVEL	3.068.630	2.817.893	Gestão Previdencial	1.988	1.238
Gestão Previdencial	34.036	33.673	Gestão Administrativa	789	880
Gestão Administrativa	2.754	2.353	Investimentos	19.233	19.874
Investimentos	3.031.840	2.781.867	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	108.201	112.058
Títulos Públicos	64.591	0	Gestão Previdencial	103.561	107.706
Crédito Privados e Depósitos	22.890	17.018	Gestão Administrativa	2.307	2.279
Ações	19.759	19.496	Investimentos	2.333	2.073
Fundos de Investimento	2.559.981	2.477.172	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.951.535	2.695.447
Derivativos	0	27	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.910.611	2.664.202
Investimentos Imobiliários	274.694	174.027	Provisões Matemáticas	2.890.085	2.637.671
Empréstimos	82.932	87.394	Benefícios Concedidos	1.922.471	1.802.646
Financiamentos Imobiliários	6.193	6.091	Benefícios a Conceder	967.614	835.025
Depósitos Judiciais/ Recursais	294	294	Equilíbrio Técnico	20.526	26.531
Outros Realizáveis	506	348	Resultados Realizados	20.526	26.531
PERMANENTE	12.637	11.506	Superávit Técnico Acumulado	20.526	26.531
Imobilizado	9.066	8.061	Fundos	40.924	31.245
Intangível	3.571	3.445	Fundos Previdenciais	7.911	5.622
TOTAL DO ATIVO	3.081.746	2.829.497	Fundos Administrativos	28.738	22.353
			Fundos dos Investimentos	4.275	3.270
			TOTAL DO PASSIVO	3.081.746	2.829.497

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTASDiretor Presidente
CPF 061.872.185-15**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
(+/-) A) Patrimônio Social - início do exercício	2.695.447	2.495.946	7,99
1. Adições	552.347	506.681	9,01
(+) Contribuições Previdenciais	167.794	155.170	8,14
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	362.936	333.075	8,97
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	3.819	0	0,00
(+) Receitas Administrativas	15.284	16.467	-7,18
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.509	1.247	21,01
(+) Constituição de Fundos de Investimento	1.005	722	39,20
2. Destinações	(296.259)	(307.180)	-3,56
(-) Benefícios	(285.852)	(271.157)	5,42
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	(25.668)	-100,00
(-) Despesas Administrativas	(10.378)	(10.201)	1,74
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(29)	(154)	-81,17
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	256.088	199.501	28,36
(+/-) Provisões Matemáticas	252.413	165.941	52,11
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(6.004)	22.886	-126,23
(+/-) Fundos Previdenciais	2.289	2.593	-11,72
(+/-) Fundos Administrativos	6.386	7.359	-13,22
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.004	722	39,06
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.951.535	2.695.447	9,50

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTAS

Diretor Presidente
CPF 061.872.185-15

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Plano BD**Demonstração do Ativo Líquido**

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição (%)
1. Ativos	2.893.494	2.696.867	7,29
Disponível	456	10	4.460,00
Recebível	57.771	53.031	8,94
Investimento	2.835.267	2.643.826	7,24
Ações	10.515	7.366	42,75
Fundos de Investimento	2.462.510	2.369.244	3,94
Investimentos Imobiliários	274.693	174.027	57,85
Empréstimos	80.556	86.456	-6,82
Financiamentos Imobiliários	6.193	6.091	1,67
Depósitos Judiciais / Recursais	294	294	0,00
Outros Realizáveis	506	348	45,40
2. Obrigações	126.736	129.333	-2,01
Operacional	20.842	19.554	6,59
Contingencial	105.894	109.779	-3,54
3. Fundos não Previdenciais	28.003	22.819	22,72
Fundos Administrativos	23.741	19.550	21,44
Fundos dos Investimentos	4.262	3.269	30,38
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.738.755	2.544.715	7,63
Provisões Matemáticas	2.718.232	2.518.202	7,94
Superávit/Déficit Técnico	20.523	26.513	-22,59

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTASDiretor Presidente
CPF 061.872.185-15**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Plano BD

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRI�O	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
(+/-) A) Ativo Líquido - início do exercício	2.544.715	2.414.620	5,39
1. Adi�es	490.583	437.164	12,22
(+) Contribui�es	121.176	116.625	3,90
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	365.588	320.539	14,05
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	3.819	0	100,00
2. Destina�es	(296.543)	(307.069)	-3,43
(-) Benefícios	(285.678)	(270.933)	5,44
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	(25.668)	0,00
(-) Custeio Administrativo	(10.865)	(10.468)	3,79
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	194.040	130.095	49,15
(+/-) Provisões Matemáticas	(200.030)	(107.227)	86,55
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	5.990	(22.868)	-126,19
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.738.755	2.544.715	7,63
C) Fundos não previdenciais	28.003	22.819	22,72
(+/-) Fundos Administrativos	23.741	19.550	21,44
(+/-) Fundos dos Investimentos	4.262	3.269	30,38

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTAS

Diretor Presidente
CPF 061.872.185-15

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 248.174.303-20

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Plano BD**Demonstração das Provisões Técnicas**

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.869.753	2.677.317	7,19
1. Provisões Matemáticas	2.718.232	2.518.202	7,94
1.1. Benefícios Concedidos	1.921.446	1.802.104	6,62
Benefício Definido	1.921.446	1.802.104	6,62
1.2. Benefício a Conceder	796.786	716.098	11,27
Benefício Definido	796.786	716.098	11,27
2. Equilíbrio Técnico	20.523	26.513	-22,59
2.1. Resultados Realizados	20.523	26.513	-22,59
Superávit Técnico acumulado	20.523	26.513	-22,59
Reserva de contingência	20.523	26.513	-22,59
3. Fundos	4.262	3.269	30,38
3.2. Fundos de Investimentos	4.262	3.269	30,38
4. Exigível Operacional	20.842	19.554	6,59
4.1. Gestão Previdencial	1.617	1.234	31,04
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	19.225	18.320	4,94
5. Exigível Contingencial	105.894	109.779	-3,54
5.1. Gestão Previdencial	103.561	107.706	-3,85
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.333	2.073	12,54

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTASDiretor Presidente
CPF 061.872.185-15**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Plano CV I

Demonstração do Ativo Líquido

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	185.153	129.469	43,01
Disponível	22	86	-74,42
Recebível	5.004	2.995	67,08
Investimento	180.127	126.388	42,52
Títulos Públicos	64.591	0	100,00
Crédito Privados e Depósitos	22.890	17.018	34,50
Ações	9.244	12.130	-23,79
Fundos de Investimento	81.026	96.276	-15,84
Derivativos	0	27	-100,00
Empréstimos	2.376	937	153,58
2. Obrigações	376	1.557	-75,85
Operacional	376	1.557	-75,85
3. Fundos não Previdenciais	5.010	2.803	78,74
Fundos Administrativos	4.997	2.802	78,34
Fundos dos Investimentos	13	1	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	179.767	125.109	43,69
Provisões Matemáticas	171.853	119.469	43,85
Superávit/Déficit Técnico	3	18	0,00
Fundos Previdenciais	7.911	5.622	40,72

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTAS

Diretor Presidente
CPF 061.872.185-15

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Plano CV I**Demonstração da Mutação do Ativo Líquido**

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
(+/-) A) Ativo Líquido - início do exercício	125.109	63.784	96,14
1. Adic�es	60.894	64.470	-5,55
(+) Contribui�es	60.894	51.934	17,25
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	12.536	-100,00
2. Destina�es	(6.236)	(3.145)	98,28
(-) Benefícios	(173)	(224)	-22,77
(-) Custeio Administrativo	(3.411)	(2.921)	16,78
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(2.652)	0	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	54.658	61.325	-10,87
(+/-) Provisões Matemáticas	(52.383)	(58.714)	-10,78
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.289)	(2.593)	-11,72
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	14	(18)	0,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	179.767	125.109	43,69
C) Fundos não previdenciais	5.010	2.803	78,74
(+/-) Fundos Administrativos	4.997	2.802	78,34
(+/-) Fundos dos Investimentos	13	1	1.200,00

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTASDiretor Presidente
CPF 061.872.185-15**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 248.174.303-20**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Plano CV I

Demonstração das Provisões Técnicas

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	180.156	126.667	42,23
1. Provisões Matemáticas	171.853	119.469	43,85
1.1. Benefícios Concedidos	1.025	542	89,11
Contribuição Definida			
Benefício Definido	1.025	542	89,11
1.2. Benefício a Conceder	170.828	118.927	43,64
Contribuição Definida	170.828	118.927	43,64
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	84.599	58.928	43,56
Saldo de contas - parcela participantes	86.229	59.999	43,72
2. Equilíbrio Técnico	3	18	-83,33
2.1. Resultados Realizados	3	18	-83,33
Superávit Técnico acumulado	3	18	-83,33
Reserva de contingência	3	18	-83,33
3. Fundos	7.924	5.623	40,92
3.1. Fundos Previdenciais	7.911	5.622	40,72
3.2. Fundos de Investimentos	13	1	1.200,00
4. Exigível Operacional	376	1.557	-75,85
4.1. Gestão Previdencial	371	4	9.175,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5	1.553	-99,68

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTAS

Diretor Presidente
CPF 061.872.185-15

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

em 31 de dezembro de 2013

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	22.353	14.993	49,09
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.792	17.714	-5,20
1.1. Receitas	16.792	17.714	-5,20
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	14.276	13.389	6,62
Receitas Diretas	1	2	-50,00
Resultado Positivo dos Investimentos	1.509	1.247	21,01
Outras Receitas	1.006	3.076	-67,30
2. Despesas Administrativas	10.407	10.354	0,51
2.1. Administração Previdencial	5.124	5.243	-2,27
Pessoal e encargos	3.373	3.314	1,78
Treinamentos/congressos e seminários	62	63	-1,59
Viagens e estadias	60	73	-17,81
Serviços de terceiros	498	497	0,20
Despesas gerais	689	722	-4,57
Depreciações e amortizações	413	420	-1,67
Contingências	29	154	-81,17
2.2. Administração dos Investimentos	5.283	5.111	3,37
Pessoal e encargos	3.668	3.487	5,19
Treinamentos/congressos e seminários	59	67	-11,94
Viagens e estadias	56	70	-20,00
Serviços de terceiros	496	490	1,22
Despesas gerais	591	577	2,43
Depreciações e amortizações	413	420	-1,67
Contingências	0	0	0,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	6.385	7.360	-13,25
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	6.385	7.360	-13,25
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	28.738	22.353	28,56

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

ISAIAS MATOS DANTAS

Diretor Presidente
CPF 061.872.185-15

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

*Notas Explicativas
às Demonstrações
Contábeis*

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos previdenciários:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2013, o plano possui 2.283 participantes ativos (2.307, em 2012), 3.348 participantes assistidos (3.395, em 2012) e 990 pensionistas (952, em 2012).

2.2) Plano de Contribuição Variável – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2013, conta com 3.967 participantes ativos (3.499, em 2012), 3 participantes assistidos (não existiam em 2012) e 4 pensionistas (4, em 2012).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC Nº 29 de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/PREVIC Nº 5, de 08 de setembro de 2011, a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações

e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários   consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instru o MPS/SPCN 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participa o no Plano de Gestão Administrativa” e “Participa o no Fundo Administrativo PGA”.

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Entidade elabora mensalmente e envia trimestralmente   Previc, os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além de um balancete consolidado.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Administra o se utiliza de julgamento na determina o e registro de estimativas contábeis, caso aplicável, inclusive expectativas de eventos futuros que acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da administra o são:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribui o Variável I que são registradas pelo regime de caixa conforme consente o item 8.1 do Anexo C – Normas Gerais da Resolu o CNPC N  8, de 31 de outubro de 2011 e as receitas de dividendos decorrentes de investimentos em a es.

4.2) Composi o do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em Caixa e Equivalentes de Caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria e remessa de numerários para outras praças até a data do balanço.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referentes aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Refere-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários, em consonância com a Resolução nº 3792, de 24 de setembro de 2009 alterada pelas Resoluções 3.846, de 25/03/2010 e 4.275, de 31/10/2013, ambas do Conselho Monetário Nacional - CMN. Os títulos da Capef podem ser classificados como negociação e mantidos até o vencimento, a parcela dos ativos que estão destinados para liquidez, são classificados como negociação. Os demais títulos, que são classificados como mantido até o vencimento, respeitam as definições do ALM da entidade.

4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B,C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente a Capef tem alocação apenas em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que é indexado pela variação do IPCA. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento tem seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE e Debêntures. As aplicações em DPGE são investimentos que contam com a garantia, de até R\$ 20 milhões por instituição financeira, do FGC - Fundo Garantidor de Crédito. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações, de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento tem seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa

de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

4.2.4.4) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Parte dos Títulos Públicos indexados a IPCA e todos os DPGE's estão contabilizados como títulos mantidos até o vencimento, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA.

A Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

b) Ações

São classificados como fundos de ações, aqueles que possuem, no mínimo, 67% do patrimônio do fundo aplicados em ações. Os fundos são contabilizados diariamente pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

c) Multimercado

São classificados como multimercados, os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. O Fortaleza Multimercado FI é contabilizado diariamente pela variação das quotas.

d) Índice de Mercado

São classificados como índice de mercado os fundos que buscam retornos de investimentos que correspondam, de forma geral, ao desempenho de um determinado índice de referência.

e) Empresas Emergentes

São fundos que investem em uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração. São contabilizadas diariamente, nesta rubrica, as variações das quotas do fundo Nordeste Empreendedor.

f) Imobiliário

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores.

4.2.4.5) Derivativos

Nessa conta são registrados os pagamentos ou os recebimentos dos prêmios das opções sobre ações, negociados pela Capecf.

4.2.4.6) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por perito independente, para imóveis com prazo de aquisição superior a três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados eventualmente valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução N^o34, de 24 de Setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Contábeis, sub item 19.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capecf ou às suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência. Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações

legais emanadas da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quadro I

Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.7) Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa, similar à do quadro I, ver nota 5.3.5 e 5.3.6.

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder ao limite máximo contratado com uma companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a ou 12% a.a., conforme o caso, pela taxa de juros de 6% a.a.

4.2.4.8) Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.9) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar. (Vide nota 5.3.8).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo custo da reavaliação realizada em 2013, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 em consonância com a convergência do padrão brasileiro de

contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se evidenciadas em Nota Explicativa. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõe o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura dos Planos, que se subdivide em Provisões Matemáticas, Equilíbrio Técnico e Fundos.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas.

4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.
- Gestão Administrativa – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura

administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem a meta fixada pelo atuário e pela rentabilidade do fundo aplicado.

- Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir seus investimentos considerando a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capef desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capef.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro (risco de mercado), o risco proveniente de não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez) e o risco da não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais (risco de solvência).

- Risco de Mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições, inclusive os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), detidas pelos planos de benefícios. Incluem-se também neste risco as flutuações ocorridas nos índices de preços (INPC, IPCA, IGP-M). Um exemplo de ativos expostos a este risco são ações, títulos de renda fixa marcados a mercado, instrumentos derivativos, etc.
- Risco de Crédito: É o risco de algum investimento não ser honrado no futuro por uma contraparte, de maneira integral ou parcial. Esse risco pode afetar a previsibilidade do fluxo de caixa, além de gerar a necessidade de constituição de provisões (que impactam diretamente no resultado). Ativos emitidos por instituições privadas (debêntures, CDBs, notas promissórias, etc) são exemplos de ativos expostos a risco de crédito.

- Risco de Liquidez: É o risco de indisponibilidade de recursos, em um determinado momento, para pagamento das obrigações atuariais, seja em função de uma saída de recursos não programada ou em função de uma entrada de receitas abaixo do previsto.
- Risco Operacional: É o risco decorrente de falhas, seja em sistemas, pessoas ou processos, inexistência de controles, erros, fraudes, etc. Para a mitigação do risco operacional são utilizados controles, registros, definição de alçadas e processos, mecanismos de redundância e backup de sistemas, backtest de modelos e produtos, auditoria programada, entre outros dispositivos.
- Risco Legal: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de mudanças na legislação vigente que possam impactar a gestão dos investimentos ou dos passivos dos planos de benefícios.
- Risco Atuarial: É o risco de não aderência entre as premissas atuariais dos planos de benefícios e o perfil da sua população, tais como tábua de mortalidade, tábua de invalidez e perfil de família média.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1) REALIZÁVEL - Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber em face de revisão no Regulamento do ano de 2003 do Plano BD (R\$ 122 mil), os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 213 mil), além de valores relacionados aos depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais), que totalizam um montante de R\$ 33.555 mil.

R\$ mil

PLANO	RECURSOS A RECEBER		ADIANTAMENTOS		DEPÓSITOS		OUTROS		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
BD	122	10	213	213	33.555	33.160	139	97	34.029	33.480
CV	6	0	0	0	0	0	1	193	7	193
	128	10	213	213	33.555	33.160	140	290	34.036	33.673

Destacamos a seguir o detalhamento da rubrica “Outros Recursos a Receber”, do Plano BD, subconta da rubrica Recursos a Receber, pois conforme determina a Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, os saldos das rubricas contábeis que contenham a denominação “Outro(a)s”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas contábeis deverão ser detalhadas.

5.1.1) Outros Recursos a Receber

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2013	2012
Patrocinadores	13	5
BNB (1)	13	4
Capef	0	1
Participantes	13	5
BNB (1)	13	4
Capef	0	1
TOTAL	26	10

Os valores correspondem a: (1) diferenças de contribuições dos patrocinadores

e participantes ativos, do Plano BD, face revisão do Regulamento de 2003, que estão sendo pagas de forma parcelada.

5.2) REALIZÁVEL - Gestão Administrativa

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos realizados a empregados (salários, 13º salário, férias e outros) a serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, os valores relacionados aos depósitos que a Entidade efetua em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais), além de utilizações de recursos da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2013, os recebíveis administrativos totalizaram R\$ 2.754 mil (R\$ 2.353 mil, em 2012).

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2013	2012
Contas a Receber	508	112
Contribuições para Custeio	395	0
Responsabilidade de Empregados	98	98
Responsabilidade de Terceiros	15	14
Despesas Antecipadas	121	116
Adiantamentos	35	37
Pagamentos Antecipados	84	75
Almoxarifado	2	4
Depósitos Judiciais/Recursais	2.125	2.125
TOTAL	2.754	2.353

O saldo deste grupamento corresponde a:

- i) Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições dos meses de dezembro; empréstimos de férias concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- ii) Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários, por ocasião de férias, cuja apropriação se dará no mês de competência (jan/2014); cartões refeições de funcionários e diversas garantias de manutenção de softwares e hardwares da Capef e estoque de produtos de escritório e limpeza que serão reconhecidas como despesas com a sua efetiva utilização.
- iii) Depósitos Judiciais/Recursais: valores relacionados aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa do interesse da Entidade (depósitos recursais) relacionadas a questões administrativas (ação de PIS/COFINS e uma ação trabalhista).

5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

O saldo consolidado dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está detalhado no quadro a seguir:

R\$ mil

Rubricas	2013	2012
Investimentos	3.031.840	2.781.867
Títulos Públicos	64.591	0
Nota do Tesouro Nacional	64.591	0
Créditos Privados e Depósitos	22.890	17.018
Instituições Financeiras	13.625	11.990
Companhias Abertas	9.265	5.028
Ações	19.759	19.496
Instituições Financeiras	366	192
Companhias Abertas	8.878	11.938
Patrocinadores	10.515	7.366
Fundos de Investimento	2.559.981	2.477.172
Renda Fixa	2.292.865	2.193.894
Ações	124.199	136.413
Multimercado	123.076	125.921
Índice de Mercado	0	15.760
Empresas Emergentes	144	177
Imobiliário	19.697	5.007
Derivativos	0	27
Opções - Ações	0	27
Investimentos Imobiliários	274.694	174.027
Empréstimos	82.932	87.394
Financiamentos	6.192	6.091
Depósitos Judiciais/Recursais	294	294
Outros Realizáveis	506	348

5.3.1) Títulos Públicos

5.3.1.1) Nota do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Nota do Tesouro Nacional série - B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	40	110	90	90	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	660	1.696	1.481	1.481	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.517	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.990	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.051	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.470	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.160	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.550	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.887	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.851	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.500	3.627	3.371	3.373	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.382	2.459	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.368	2.445	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.367	2.438	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.857	4.982	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.266	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.269	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.625	4.689	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.376	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.499	4.488	4.488	VENCIMENTO
TOTAL					64.591	63.288	

Em 31/12/2013, a Capecf, seguindo a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 resolveu reclassificar os títulos marcados como negociação, para a categoria títulos mantidos até o vencimento, conforme tabela a seguir. Essa reclassificação foi baseada nos seguintes critérios:

- Casamento dos investimentos com as obrigações do plano de benefícios;
- Mitigação do risco de volatilidade.

Vale ressaltar que a reclassificação dos títulos não gerou nenhum impacto financeiro para o plano.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	40	110	90	90	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	660	1.696	1.481	1.481	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.517	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.990	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.051	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.470	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.160	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.550	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.887	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.851	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.500	3.627	3.366	3.366	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.266	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.269	2.244	2.244	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.376	4.488	4.488	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.499	4.488	4.488	VENCIMENTO
TOTAL					45.573	45.573	

5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizados aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito - DPGE, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores dos DPGE variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DPGE	Banco Indusval	02/03/15	2.000	2.000	2.908	2.908	VENCIMENTO
DPGE	Banco Fibra	02/03/15	2.000	2.000	2.905	2.905	VENCIMENTO
DPGE	Banco Schahin	16/12/15	2.000	2.000	2.897	2.897	VENCIMENTO
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	04/04/17	4.000	4.000	4.915	4.915	VENCIMENTO
Total					13.625	13.625	

5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizados, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DEBENTURE	C.A.R.T	15/12/24	5.000	5.022	4.865	4.865	VENCIMENTO
DEBENTURE	CEMIG	15/02/25	4.700	4.690	4.400	4.400	VENCIMENTO
Total					9.265	9.265	

Em 31/12/2013, a Capef, seguindo a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 resolveu reclassificar os títulos marcados como negociação, para a categoria títulos mantidos até o vencimento, conforme tabela a seguir. Essa reclassificação foi baseada nos seguintes critérios:

- Casamento dos investimentos com as obrigações do plano de benefícios;
- Mitigação do risco de volatilidade

Vale ressaltar que a reclassificação dos títulos não gerou nenhum impacto financeiro para o plano.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DEBENTURE	C.A.R.T	15/12/24	5.000	5.022	4.865	4.865	VENCIMENTO
DEBENTURE	CEMIG	15/02/25	4.700	4.690	4.400	4.400	VENCIMENTO
Total					9.265	9.265	

5.3.3) Ações

5.3.3.1) Instituições Financeiras

As ações de BBAS3 registrada na rubrica de instituições financeiras pertencem exclusivamente ao Plano CV I. O referido papel possui um custo de R\$ 387 mil, e um valor de mercado de R\$ 366 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações se dão através da cotação de fechamento do pregão da Bovespa.

5.3.3.2) Companhias Abertas

As ações registradas na rubrica de companhias abertas, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I, encontram-se discriminadas a seguir. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

ATIVO	CUSTO*	FINANCEIRO*
ALLL3	686	523
ALSC3	891	694
BBSE3	719	735
BRFS3	536	493
BRML3	368	235
CCRO3	696	689
CVCB3	307	306
ECOR3	887	841
ELET3	503	493
EMBR3	716	759
GOLL4	210	231
MYPK3	393	392
PETR3	1686	1599
PETR4	1087	875
TOTAL	9.685	8.865

* valor nominal.

5.3.3.3) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON / PN do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil - S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 10.515 mil, enquanto que o valor de custo está em R\$ 126 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

5.3.4) Fundos de Investimento

5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa, da Capef, é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, administrado pelo BNB em gestão compartilhada com a Capef e por cotas do fundo Capital Market, de gestão do Banco BTG Pactual.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto a uma instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009. Dentro da carteira de renda fixa existe um valor de R\$ 282 mil referente a bloqueio judicial. Segue o detalhamento da carteira consolidada:

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/14	11.300	19.944	26.996	27.526	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/15	77.709	98.351	177.628	188.359	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/20	28.400	49.905	65.567	67.528	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/22	13.800	36.639	32.513	32.513	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/24	242.597	337.605	505.381	569.186	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/35	316.106	513.686	689.258	711.481	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/45	260.225	367.181	526.274	578.496	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	31.300	88.255	70.245	70.245	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	42.000	130.764	138.347	94.258	Vencimento
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	07/06/13	9.529	56.076	56.097	56.097	Negociação
Fundo Crédito Privado I	BTG Pactual	01/07/14	1.812.000	2.000	1.387	1.387	Negociação
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	01/01/19	2.318.078	3.036	2.952	2.952	Negociação
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	260	260	-
TESOURARIA	-	-	-	-	3	3	-
Cota do Fundo Capital Market	BTG Pactual	-	45.754	-	238	238	Negociação
Total de Renda Fixa				1.703.442	2.293.146	2.400.529	

(*) Encontram-se bloqueados, por ordem judicial, R\$ 282 mil.

As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, são segregadas entre os três planos da Capef. O Plano BD detêm 66.041.889 cotas, enquanto o Plano CV I possui 1.993.547 cotas e o Plano de Gestão Administrativa é detentor de 87.073 cotas.

Segue abaixo a segregação dos valores monetários entre os planos de benefícios e plano de gestão administrativa, deduzidos do bloqueio judicial existente na carteira de renda fixa, no valor de R\$ 282 mil.

	R\$ mil	
	2013	2012
Fundo de Investimento - Renda Fixa	2.292.865	2.193.894
Plano BD	2.215.237	2.111.603
Plano CV	61.182	70.639
Plano de Gestão Administrativa	16.446	11.652

5.3.4.2) Ações

O valor que compõe essa rubrica é formado pelo saldo total dos investimentos de dois fundos exclusivos: o Banco do Nordeste FIA Previdenciário Exclusivo, que contém 1.173.399,004 de cotas, e o Banco do Nordeste FIC FIA Previdenciário Exclusivo, que contém 1.618.781,324 cotas. O patrimônio total desses fundos é composto exclusivamente por recursos do Plano BD. Os ativos integrantes das carteiras fundos encontram-se custodiados em instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme disciplinado na Resolução CMN n.º 3792, de 24 de setembro de 2009.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras de Fundo de Investimentos em Ações encontram-se discriminados a seguir:

R\$ mil

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO	ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
ITUB4	11.512	10.549	UGPA3	1.028	1.057
PETR4	9.753	9.042	USIM5	737	916
VALE5	8.786	8.756	KLBN4	969	913
ABEV3	8.355	8.593	JBSS3	741	913
BBDC4	9.240	8.162	CMIG4	1.047	853
VALE3	5.671	5.820	LREN3	921	824
PETR3	5.849	5.481	HYPE3	727	785
BRFS3	4.271	4.405	ARTR3	825	768
BBAS3	3.798	3.435	MRFG3	1.074	749
ITSA4	3.556	3.147	KROT3	558	746
BVMF3	3.112	2.639	BRAP4	693	670
GGBR4	2.187	2.515	LAME4	692	660
CIEL3	1.776	2.204	FIBR3	524	576
CCRO3	2.267	2.038	BRPR3	581	543
BRML3	2.463	1.855	NATU3	648	542
VIVT4	1.726	1.535	HGTX3	560	481
EMBR3	1.394	1.473	AEDU3	367	480
CSAN3	1.596	1.437	BBDC3	485	470
PCAR4	1.327	1.317	CSNA3	286	446
CTIP3	1.100	1.120	CYRE3	520	433

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO	ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
RENT3	437	402	MILS3	85	89
SUZB5	348	389	CESP6	69	76
ALUP11	418	388	LIGT3	44	51
TIMP3	270	359	TRPL4	57	46
BEEF3	293	339	VVAR11	45	45
ALLL3	516	335	RAPT4	48	45
SBSP3	264	333	CPFE3	44	44
MDIA3	291	320	RSID3	61	40
SANB11	277	263	OIBR4	58	34
BRKM5	213	263	GFSA3	33	32
ESTC3	180	251	BISA3	68	31
BBSE3	197	230	ECOR3	33	30
MRVE3	227	224	SMLE3	20	23
ALSC3	240	183	ARZZ3	23	21
PDGR3	267	177	DIRR3	19	19
MPLU3	126	135	SLCE3	11	10
DTEX3	124	111	MMXM3	12	4
QGEP3	114	100	CCPR3	1	1
GOAU4	89	91			
DASA3	72	90			

TÍTULOS	FINANCEIRO
COTAS DE FUNDOS	13.909
COMPROMISSADA	3.840
RECEBER DOS FUNDOS	1.397
CAIXA	78

INVESTIMENTOS EM FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - TOTAL CUSTO	109.413
INVESTIMENTOS EM FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - TOTAL FINANCEIRO	124.199

5.3.4.3) Multimercado

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado cujo montante totaliza R\$ 123.076 mil, sendo seu patrimônio composto exclusivamente por recursos do Plano BD.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras do Fundo Fortaleza Multimercado encontram-se discriminados a seguir:

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
Ações no mercado a vista	-	-	-	12.677	11.630	11.630	Negociação
Fundos Imobiliários	-	-	-	11.505	9.604	9.604	Negociação
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	524.378	-	3.532	3.532	Negociação
FIDC	CEEE	15/07/15	2.792	2.792	1.329	1.329	Negociação
FIDC	CESP	15/06/17	22	6.875	4.324	4.324	Negociação
Debêntures	Energisa (*)	01/04/14	150	1.513	308	308	Negociação
Debêntures	ALL (*)	01/09/14	200.000	2.153	693	697	Vencimento
Debêntures	Transmissão Paulista	15/12/17	250.000	2.522	3.296	3.296	Vencimento
Debêntures	CEMIG	15/12/17	780.000	7.815	10.950	10.950	Vencimento
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/24	5.000	5.022	4.865	4.865	Negociação
DPGE	BICBANCO	30/08/13	4.000	4.000	7.412	7.412	Vencimento
DPGE	Banco Schahin	25/04/16	2.000	2.000	2.858	2.858	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	20.393	50.966	45.767	45.767	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	5.000	12.173	12.509	11.221	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.600	3.879	3.986	3.591	Vencimento
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	-7	-7	-
Tesouraria	-	-	-	-	13	13	-
Total de Renda Fixa				125.892	123.076	121.397	

(*) As debêntures em destaque possuem um valor de aplicação superior ao valor contábil devido as mesmas já estarem sendo amortizadas.

Em 2013, a Capef, respeitando o disposto nas Resoluções CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e nº 15, de 23 de agosto de 2005, efetuou o alongamento de parte da carteira de Renda Fixa em virtude dos seguintes motivos:

- Alongamento do prazo dos títulos NTN-B;
- Mitigação do risco de reaplicação dos investimentos de renda fixa da carteira.

O efeito da troca refletiu no valor da quota do Fortaleza Multimercado Fundo de Investimento e no resultado do Plano BD.

Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CGPC nº 15:

R\$ mil

Em:	Vendas				Aquisições			
	Título / Vencimento	Qtde	Financeiro (EM R\$)	Registro Contabilidade (EM R\$)	Título / Vencimento	Qtde	Financeiro (EM R\$)	Resultado Financeiro (EM R\$)
14/10/13	NTN-B / 2015	3.000	7.322.769,30	6.964.218,14	NTN-B 2050	1.600	3.878.885,93	358.551,16
14/10/13	NTN-B / 2020	3.500	8.403.005,59	7.993.086,08	NTN-B 2050	5.000	12.173.289,18	409.919,51
TOTAL	-	-	-	14.957.304,22	-	-	16.052.175,11	768.470,67

Os parâmetros utilizados na determinação dos valores a mercado foram gerados a partir da divulgação dos Preços Unitários, referente à taxa

indicativa, colhidos junto ao site da ANBIMA. A seguir apresentamos o detalhamento das ações que fazem parte do Fundo Fortaleza Multimercado:

ATIVO	FINANCEIRO	ATIVO	FINANCEIRO
CCRO3	2.118	PETR4	529
KROT3	1.115	ALSC3	527
GGBR4	981	ECOR3	474
CESP6	897	MYPK3	392
BRML3	851	DIRR3	323
AEDU3	822	CVCB3	306
ALLL3	676	MPLU3	269
VALE5	563	BBAS3	244
ITSA4	533	ITUB4	9

TOTAL FINANCEIRO 11.630

5.3.4.4) Empresas Emergentes

A carteira de Empresas Emergentes é composta por cotas do fundo Nordeste Empreendedor administrado pelo Banco BTG Pactual. Essa aplicação, no valor de R\$ 144 mil, é exclusiva do Plano BD.

5.3.4.5) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos imobiliários, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I e possuem R\$ 19.697 mil aplicados em cotas de seis fundos imobiliários conforme quadros a seguir:

Plano BD:

	R\$ mil	
ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
FII BR PLURAL ABSOLUTO	5.000	4.075
FATOR IFIX FII	5.000	4.500
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	10.000	8.575

Plano CV:

	R\$ mil	
ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
FII THE ONE	1.391	1.072
TRX EDIFÍCIO CORP. II	581	261
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.971	1.940
SP DOWNTOWN FII	5.000	4.199
FII BR PLURAL ABSOLUTO	2.500	2.038
FATOR IFIX FII	2.000	1.612
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	14.443	11.122

5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de imóveis, pertencente exclusivamente ao Plano BD, encerrou o ano de 2013 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 274.694 mil (R\$ 174.027 mil, em 2012), sendo R\$ 268.990 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos e R\$ 5.703 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis e créditos diversos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2013:

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO NO ANO (%)
	2013	2012	
TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	274.694	174.027	57,84%
EDIFICAÇÕES	268.991	169.084	59,08%
IMÓVEIS LOCADOS	247.621	162.693	52,20%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	21.213	6.247	239,57%
OUTROS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	157	144	9,03%
DIREITOS CREDITÓRIOS	5.703	4.943	15,38%
LOCAÇÕES	3.178	1.971	61,24%
ALIENAÇÕES	2.525	2.972	-15,04%

5.3.5.1) Edificações

O aumento do ativo da carteira de imóveis é explicado, principalmente, pelas reavaliações dos imóveis ocorridas durante o ano.

Ao longo do exercício de 2013, no tocante a ativos edificados, a carteira sofreu modificações patrimoniais positivas decorrentes basicamente de dois eventos: 1) reavaliação de dez imóveis; e 2) reformas diversas dos prédios Beira Mar Trade Center (CE), Apolônio Sales (PE), Empresarial Center (PE), Pedro Biagi (SP), Parque Cultural Paulista (SP) e Século de Frontin (RJ).

Os imóveis reavaliados trouxeram reflexos patrimoniais no Plano BD, tudo à luz da periodicidade máxima de 36 meses, prevista na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de perito independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 102.303 mil ao valor da carteira:

UF	IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA DA REAVLIAÇÃO ANTERIOR	DATA DA CONTABILIZAÇÃO	AVALIADOR	CNPJ/CPF AVALIADOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR R\$	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$	RECEITA DE REAVLIAÇÃO LÍQUIDA R\$	VARIAÇÃO %	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	CONTAS RELACIONADAS
DF	ED. PAULO SARASATE	Terceiros	04/04/13	03/06/13	1	01.439.730/0001-56	6.272	9.750	3.478	+ 55,46%	35	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.03.02.03
RJ	ED. SÉCULO DE FRONTIN	Terceiros	10/04/13	03/06/13	2	00.807.848/0001-27	3.227	9.646	6.419	+ 198,91%	52	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.03.02.03
RJ	ED. GUSTAVO JOSE DE MATOS	Terceiros	12/04/13	12/04/13	2	00.807.848/0001-27	560	3.224	2.664	+ 475,61%	40	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.03.02.03
RJ	ED. MANHATTAN TOWER	Terceiros e Patrocinador	12/04/13	12/04/13	2	00.807.848/0001-27	12.438	30.330	17.892	+ 143,86%	65	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.02.01.02 12.3.6.04.02.02.03 12.3.6.04.03.01.02
PE	ED. APOLÔNIO SALES	Terceiros e Patrocinador	19/04/13	01/09/13	1	00.807.848/0001-27	40.808	79.300	38.492	+ 94,32%	25	12.3.6.04.03.02.03 12.3.6.04.02.01.02 12.3.6.04.02.02.03 12.3.6.04.03.01.02
PE	GALPÃO OLIVEIRA LIMA	Terceiros e Patrocinador	19/04/13	01/06/13	1	00.807.848/0001-27	1.069	2.910	1.841	+ 172,26%	45	12.3.6.04.03.02.03 12.3.6.04.02.01.02 12.3.6.04.02.02.03 12.3.6.04.03.01.02
BA	ED. CATABAS CENTER	Terceiros e Patrocinador	28/06/13	01/08/13	3	00.807.848/0001-27	9.218	24.653	15.436	+ 167,45%	50	12.3.6.04.03.02.03 12.3.6.04.02.01.02 12.3.6.04.02.02.03
RJ	ED. VISCONDE DE OUTROPRETO	Terceiros	12/04/13	01/05/13	2	00.807.848/0001-27	4.510	13.997	9.487	+ 210,36%	50	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.03.02.03
CE	ED. GALERIA SÃO LUIS PRÉDIO	Terceiros	28/06/13	31/07/13	3	01.439.730/0001-56	2.717	6.243	3.526	+ 129,76%	58	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.03.02.03
CE	ED. BARÃO DE STUDART	Terceiros	28/06/13	01/06/13	3	01.439.730/0001-56	5.032	8.100	3.068	+ 60,98%	55	12.3.6.04.03.01.02 12.3.6.04.03.02.03
TOTAL							85.850	188.153	102.303	+ 119,16%		

Em 2013, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo de R\$ 1.106 mil, com destaque para as garantias recebidas em razão de imóveis locados a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 919 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

5.3.5.2) Alienações

Não houve alienação de imóveis durante o exercício de 2013. No entanto, a Entidade possui ainda um saldo de R\$ 108.933 mil relativo a parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza-Ce.

O saldo acima informado é retificado, principalmente, pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações. As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas. Em dezembro de 2013, tal provisão alcançou o saldo de R\$ 106.439 mil, do qual se destaca o valor de R\$ 106.007 mil, relativo a vendas na década de 90, do empreendimento Beira Mar Trade Center (CE), todas com processos judiciais em andamento. Para composição do valor líquido dos direitos de alienações, são deduzidas ainda as rubricas de juros a apropriar (R\$ 8,9 mil), acrescida a rubrica de pagamentos a recuperar (R\$ 16,5 mil) e a conta transitória de recebimento por compensação (R\$ 23 mil).

Assim, o saldo líquido da conta de alienação de imóveis, no final do exercício, conta com um montante de R\$ 2.525 mil (R\$ 2.972 mil, em 2012).

Segue a composição do saldo devedor, por imóvel alienado: R\$ 101 mil referentes a salas do prédio Medical Center (CE); R\$ 2.045 mil para o BMTC (CE); R\$ 52 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE); R\$ 49 mil para o terreno da Fiúza de Pontes (CE); R\$ 266 mil para o terreno na Praia do Futuro (CE) e R\$ 12 mil para apartamento do Edifício Atlantic Village (CE).

5.3.5.3) Locações

No ano de 2013, o total de direito obtido sobre locações alcançou a soma de R\$ 10.697 mil (R\$ 8.278 mil, em 2012), relativo a alugueis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação.

O valor acima é retificado pelas contas de provisões para perdas com alugueis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel, atingindo o montante de R\$ 7.519 mil, em 2013 (R\$ 6.307 mil, em 2012). As provisões são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

Destarte, o saldo líquido da rubrica de locações, no final do exercício, conta com um total de R\$ 3.178 mil (R\$ 1.971 mil, em 2012).

Com relação ao painel jurídico do segmento imobiliário, transitam em juízo 77 ações, incluindo principalmente execução de dívidas antigas de locação e aquelas relacionadas às vendas a prazo das unidades do BMTC, em Fortaleza-CE, que representa em torno de 30% (trinta por cento) do total dos processos.

Na carteira de imóveis, encontram-se ainda registrados 141 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

5.3.6) Empréstimos

Plano de Benefício Definido - Plano BD

No exercício de 2013, o plano realizou 1.439 liberações da linha EAP 2012, com portfólio ao final do ano de 7.103 contratos ativos, totalizando R\$ 80.555 mil, R\$ 86.456 mil, em 2012, (saldo líquido após o desconto de provisões de perdas). Segue a composição ao final de dezembro de 2013: 0,48% do saldo correspondem a empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI; 98,36% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC; e apenas 1,16% referem-se aos contratos atualizados pela equivalência salarial.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006 foi concluído o processo de migração da antiga apólice de seguro-prestamista para o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Referida rubrica contava ao final de 2013 com saldo de R\$ 3.857 mil (R\$ 2.915 mil, em 2012 de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO ANTERIOR EM DEZ/12 (R\$)	ENTRADAS (R\$)	BAIXAS (R\$)	RENTABILIDADE (R\$)	SALDO ATUAL EM DEZ/13 (R\$)
2.915	1.439	954	457	3.857

O modelo foi criado após parecer atuarial, surgindo como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano de Contribuição Variável - Plano CV I

No exercício de 2013, o Plano CV I realizou 408 liberações do EAP 2012 - CV, apresentando ao final do período um portfólio de 514 contratos ativos, no valor de R\$ 2.376 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA.

Assim como o Plano BD, o Plano CV também possui Fundo Garantidor de Empréstimo, que garante a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2013 o saldo da rubrica importava em R\$ 13 mil.

5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2013, 65 contratos ativos, no valor total de R\$ 6.192 mil (R\$ 6.091 mil, em 2012), saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas. Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários, do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em

pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2013 de R\$ 2.840 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a IPCA + 6% ao ano. Paralelamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encontra-se constituída uma provisão no montante de R\$ 1.617 mil para os casos de inadimplência.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 22.212 mil.

5.3.8) Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 294 mil em 2013 (R\$ 294 mil, em 2012) depositado em juízo pelo Plano BD, viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: R\$ 83 mil - ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; R\$ 86 mil - ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e R\$ 125 mil - ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §§1º e 2º, do Decreto -Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de imunidade tributária.

5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 506 mil (R\$ 348 mil em 2012) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de juros sobre capital próprio, relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capef já solicitou a restituição dos valores junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. PERMANENTE

6.1 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Permanente da Capef apresentou saldo de R\$ 9.066 mil (R\$ 8.061 mil, em 2012).

R\$ mil

	2013	2012
Imobilizado	9.066	8.061
Bens Móveis	523	595
Bens Imóveis	8.543	7.466

No exercício de 2013, o imóvel sede da Capef, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa foi reavaliado baseado em laudos de perito independente. Segue detalhamento da reavaliação realizada.

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA DA REAValiaÇÃO ANTERIOR	DATA DA REAValiaÇÃO	AVAlIA-DOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR R\$	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$	RECEITA DE REAVAlIAÇÃO LÍQUIDA R\$	VARIAÇÃO %	VIDA ÚTIL REMANES-CENTE
ED. PAULO AGUIAR FROTA (CE)	PRÉDIO SEDE	20/01/12	31/05/13	1	2.000 4.504	2.500 5.000	996	+ 15,31%	64
TOTAL					6.504	7.500	996	+ 15,31%	

Perito Independente: Francisco Francinildo Cavalcante Evangelista

O teste de recuperabilidade aplicado pela Entidade, realizado com base na Resolução CFC 1.110, de 29 de novembro de 2007 que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos utilizou os parâmetros da apólice de seguro em vigor para avaliar o valor de mercado dos bens da Entidade, este demonstrou que o valor contábil dos ativos apresenta-se recuperável.

A administração não encontrou evidências nas fontes internas e externas que assinalem grupo de ativos que estejam desvalorizados, tendo em vista a idade recente de seus bens e do parque tecnológico que compõe o imobilizado.

6.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 para atender à convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2013, apresentou saldo de R\$ 3.571 mil (R\$ 3.445 mil em 2012).

A moeda funcional do quadro a seguir é expressa em R\$ mil e detalha a composição do intangível.

Projetos	Custo Total	Prazo de Amortização	Início da Amortização	% Amortização	Amortização no Ano (R\$ mil)	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil
Sistema de Benefício	2.469	120 meses	mai/11	10%	247	658	1.811
Sistema de Imóveis	478	60 meses	jul/14	20%	-	-	478
Sistema de Empréstimos	83	60 meses	jan/11	20%	17	50	33
Sistema de Cálculo Atuarial	10	60 meses	abr/11	20%	2	7	3
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	307	60 meses	abr/14	20%	-	-	307
Sistema de Provisão Judicial	50	60 meses	jan/11	20%	10	30	20
Sistema de Gestão Atuarial	808	60 meses	jul/14	20%	-	-	808
Software	671	60 meses			95	559	112
TOTAL	4.876				371	1.305	3.571

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2013 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.988 mil (R\$ 1.238 mil em 2012).

O saldo corresponde, primordialmente, às provisões de pecúlios e restituições a pagar aos participantes do Plano BD em R\$ 652 mil, às retenções do Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Secretaria da Receita Federal na devida competência, no valor de R\$ 670 mil e ao valor do custeio a repassar à Gestão Administrativa no total de R\$ 395mil.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativos ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, bem como ao ingresso de recursos que contribuirão para formação de resultados de meses subsequentes e retenções incidentes sobre os pagamentos decorrentes de gastos administrativos a serem repassadas à SRF - Secretaria da Receita Federal na devida competência. No final do exercício de 2013 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 789 mil (R\$ 880 mil em 2012).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2013 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 19.233 mil (R\$ 19.874 mil, em 2012).

Neste grupo encontram-se registrados, preponderantemente, os tributos compensados com os créditos tributários provenientes do RET - Regime Especial de Tributação, reconhecidos em 2007 e não homologados em 2008, cujo saldo totaliza R\$ 17.872 mil (R\$ 16.273 mil, em 2012).

A exigibilidade surgiu após a compensação dos tributos de responsabilidade da Capef no período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Tais compensações foram interrompidas após o recebimento de notificação da SRF informando a não homologação do crédito do RET.

Dessa forma, em dezembro de 2008 foi registrada a provisão dos impostos a recolher, face possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato. Vide nota 11.2.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o Plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

A moeda funcional do quadro a seguir é expressa em R\$ mil e detalha a composição da rubrica Exigível Contingencial.

Rubrica	2013	2012
Exigível Contingencial	108.201	112.058
Gestão Previdencial	103.561	107.706
Provisionado (Provável)	70.006	74.547
Depósito Judicial	32.358	31.690
Depósito Recursal	1.197	1.469
Gestão Administrativa	2.307	2.279
Provisionado (Provável)	182	154
Depósito Judicial	2.106	2.106
Depósito Recursal	19	19
Investimentos	2.333	2.073
Provisionado (Provável)	2.040	1.780
Depósito Judicial	293	293

Em 31 de dezembro de 2013, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 108.201 mil (R\$ 112.058 mil, em 2012). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CV I.

8.1) Gestão Previdencial

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável, estão distribuídas conforme quadro a seguir.

Rubrica	2013	2012
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL		
Saldo Inicial	107.706	81.634
Constituição/Reversão de Depósitos Judiciais/Recursais	395	(204)
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	199	28.763
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(12.349)	(4.839)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	8.605	4.405
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(995)	(2.053)
Saldo Final	103.561	107.706

O saldo final refere-se:

- i) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 9.453 mil;
- ii) a obrigações decorrentes de demandas judiciais, excedentes aos efeitos da adesão ao Regulamento de 2003, referentes a diferença de benefício líquida de contribuições, devolução de contribuição extra e de contribuição acima de 360 dias, valor do pecúlio, abono, cesta-alimentação e outras no valor de R\$ 60.553 mil; e
- iii) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa dos interesses da Entidade (depósitos recursais) totalizando uma constituição de R\$ 395 mil.

O valor da reversão de provisão se refere, sobretudo, a 10 (dez) processos de Diferença de Benefícios por revisão de adicional de função em comissão de um grupo de participantes, face mudança de risco de provável para possível conforme em relatório jurídico.

Ressalte-se que há 173 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 457.409 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de ser avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Gestão Administrativa

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

Rubrica	2013	2012
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL		
Saldo Inicial	2.279	2.125
Provisões Judiciais	0	100
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	28	54
Saldo Final	2.307	2.279

Permanecem à disposição da justiça depósitos judiciais e recursais no valor total de R\$ 2.125 mil que correspondem: a uma ação trabalhista em que o reclamante pleiteia o pagamento de diversas verbas (R\$ 336 mil) e uma ação de PIS/COFINS, vide nota 11.1 (R\$ 1.789 mil). Não existem demandas classificadas como possíveis. A Entidade possui um processo judicial de danos morais, no valor de R\$ 182 mil.

	Depósitos Judiciais	Depósitos Recursais
	2.106	19
PIS/COFINS	1.789	0
Ações Trabalhista	317	19

8.3) Investimentos

As contingências do fluxo de investimento, pertencente exclusivamente ao Plano BD, classificada como perda provável, finalizaram o exercício de 2013 com um saldo de R\$ 2.333 mil (R\$ 2.073 mil, em 2012).

Rubrica	2013	2012
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL		
Saldo Inicial	2.073	488
Constituição de Depósitos Judiciais/Recursais	0	210
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	0	1.423
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	260	26
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	0	(124)
Saldo Final	2.333	2.073

O saldo final refere-se:

i) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras. A Entidade desistiu da ação face adesão a MP 2.222/01;

ii) no segmento de investimentos imobiliários as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias no valor de R\$ 1.207 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis da Capef no total de R\$ 138 mil;

iii) no segmento de empréstimos e financiamentos as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 304 mil e a uma única ação de revisão de contrato de empréstimos no montante de R\$ 49 mil.

iv) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totalizando o montante de R\$ 294 mil.

9) PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2013, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 2.718.232 mil (R\$ 2.518.202 mil, em 2012). A variação de 7,94% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano, além do efeito das mudanças de premissas atuariais.

R\$ mil

Rubrica	2013	2012
Provisões Matemáticas	2.718.232	2.518.202
Benefícios concedidos	1.921.446	1.802.104
Benefícios a conceder	796.786	716.098

Ressalte-se que as Provisões Matemáticas aumentaram em termos reais (aumento de 7,94%, superior à variação do INPC no período, 5,56%). Esse aumento real é decorrente das mudanças na taxa de juros atuarial, com redução de 0,25%, na recomposição de benefícios, no valor de 1,44%, e na taxa de contribuição de assistido, com redução de 0,25%, descontado dos efeitos em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, possui o montante dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições e a rentabilidade da meta atuarial sobre as provisões matemáticas.

O saldo das Provisões Matemáticas que pertence ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2013, totalizou R\$ 171.853 mil (R\$ 119.469 mil, em 2012). O crescimento de 43,85% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em Maio de 2010.

R\$ mil

Rubrica	2013	2012
Provisões Matemáticas	171.853	119.469
Benefícios concedidos	1.025	542
Benefícios a conceder	170.828	118.927

9.1.2) Equilíbrio Técnico

9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

O superávit de R\$ 26.531 mil apresentado no Plano BD, na posição de dezembro de 2012, foi impactado positivamente, no exercício de 2013, pelo resultado positivo dos investimentos e reversão das contingências no valor R\$ 369.407 mil e, negativamente, no valor de R\$ 375.397 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento

de benefícios e constituição de despesas administrativas, resultando no superávit de R\$ 20.523 mil na posição de 31 de dezembro de 2013, conforme destacado no quadro a seguir. Assim, em 31 de dezembro de 2013, registrou-se superávit técnico acumulado de R\$ 20.523 mil.

	R\$ mil
SUPERÁVIT EM 31/12/2012	26.513
Fluxo Previdencial	(164.502)
Investimentos	365.588
Custeio administrativo	(10.865)
Provisões Atuariais	(200.030)
Contingências	3.819
SUPERÁVIT EM 31/12/2013	20.523

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31 de dezembro de 2013, apresenta-se superavitário em R\$ 3 mil (atuariamente superavitário em R\$ 18 mil em 31 de dezembro de 2012), visto que parte das obrigações atuariais existentes, referentes aos benefícios concedidos, possuem características de benefício definido.

O resultado atuarial a seguir demonstra o impacto positivo do recebimento das contribuições no valor de R\$ 60.721 mil e, negativo, no valor de R\$ 60.736 mil pelo aumento das obrigações do plano, resultado negativo dos investimentos, pagamento de despesas administrativas e constituição de fundos previdenciais.

	R\$ mil
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2012	18
Fluxo Previdencial	60.720
Investimentos	(2.652)
Custeio administrativo	(3.411)
Provisões Atuariais	(52.383)
Fundos Previdenciais	(2.289)
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2013	3

9.2) Fundos

9.2.1) Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre: i) as contribuições individuais dos participantes ativos; ii) o saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e iii) a recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para benefício de risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos vertidas ao plano.

Os fundos do Plano CV I totalizam R\$ 7.911 mil, na posição de 31 de dezembro de 2013, (R\$ 5.622 mil, em 2012) sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial - Portfólio Mutualista (R\$ 2.851 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 5.060 mil).

Não consta, na posição de 31 de dezembro de 2013, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído ou desconstituído pelas receitas oriundas da Gestão Previdencial, Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativas, deduzidas das Despesas e Contingências Administrativas. No exercício de 2013, o Plano BD destinou 9,00% (9,00%, em 2012) e o Plano CV I 5,6% (5,6%, em 2012) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos, ao custeio administrativo. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 28.738 mil (R\$ 22.353 mil em 2012).

9.2.3) Fundos de Investimentos

9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2013, registram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 4.262 mil (R\$ 3.270 mil, em 2012).

No exercício de 2013, foi utilizado do fundo o valor de R\$ 953 mil (R\$ 936 mil, em 2012), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 1.437 mil (R\$ 1.302 mil, em 2012) decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 508 mil (R\$ 356 mil, em 2012), em virtude de sua rentabilidade.

9.2.3.2) Plano CV - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2013, registraram-se fundos no Plano CV I no valor de R\$ 13 mil. No exercício de 2013 foram constituídos os valores de R\$ 12 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 1 mil, em virtude de sua rentabilidade.

10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa foi estabelecida através do Anexo C - Normas Gerais, da Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de

janeiro de 2010, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes. A Capef implantou essa segregação ainda em 2009 com a criação do Balancete de Operações Administrativas, denominado de Plano Gestor, observando a experiência de outras Entidades e antecipando-se à obrigatoriedade legal. Para a criação do novo Balancete foi necessária a transferência dos recursos administrativos do Balancete do Plano de Benefício para o Balancete do Plano Gestor.

10.1) Receitas Administrativas

As receitas administrativas de 2013 foram impactadas pela reavaliação do imóvel sede da Entidade, atendendo ao prazo legal de pelo menos 3 (três) anos, conforme estabelece o item 21 da Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A reavaliação positiva, baseada em laudos de perito independente, foi registrada na rubrica “Outras Receitas Administrativas”. Segue no quadro abaixo detalhamento da rubrica conforme determina a Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, que estabelece o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis que contenham a denominação “Outro(a)s”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas contábeis.

R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2013	2012
Recuperação de Despesas	8	1
Atualização Monetária	-	-
Reavaliação de Imóvel	996	3.074
Outras	2	1
TOTAL	1.006	3.076

10.2) Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 10.378 mil (R\$ 10.201 mil em 2012).

R\$ mil		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2013	2012
Pessoal e Encargos	7.040	6.801
Treinamentos/Congressos e Seminários	121	131
Viagens e Estadias	116	143
Serviços de Terceiros	994	987
Despesas Gerais	1.281	1.299
Depreciação e Amortização	826	840
TOTAL	10.378	10.201

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração de investimentos. Os critérios adotados pela Capef para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades

de previdência e de investimento foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e de despesas de administração de investimentos respectivamente.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de apoio foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

No final, a participação de cada administração ficou assim representada: 49,09% (49,89%, em 2012) para a Administração Previdencial e de 50,91% (50,11%, em 2012) para a Administração dos Investimentos.

Conforme estabelece a Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio do fundo de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo.

	R\$ mil	
	2013	2012
Participação no Fundo Administrativo	28.738	22.353
Plano BD	23.741	19.551
Plano CV	4.997	2.802

11. TRIBUTOS FEDERAIS

11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Com a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, que derrubou a ampliação do conceito de faturamento determinado pela Lei 9.718/98 (reconhecendo a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da referida Lei), a CAPEF entrou com Mandado de Segurança visando obter decisão mandamental e declaratória da não incidência do PIS - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre os recursos destinados ao Custeio da Gestão Administrativa, além da recuperação dos valores recolhidos a partir da competência de setembro de 2001.

Assim, a partir do 2º semestre de 2006, mediante autorização judicial, a Capef passou a depositar em juízo as parcelas vincendas correspondentes aos recolhimentos do PIS e da Cofins sobre o custeio administrativo, respaldada por autorização judicial específica.

Em 2010 adveio a confirmação da sentença favorável à entidade já em segunda instância judicial. Neste momento, embora o êxito ainda não fosse definitivo, o cenário consolidado na ação judicial dava à entidade uma margem de

discricionariedade optando, dessa forma, por interromper os depósitos de PIS e Cofins, em conformidade à orientação jurídica expedida pelos advogados da ação.

Naquele mesmo ano, a matéria foi objeto de Recurso Extraordinário por parte da Fazenda Nacional, mas sem êxito em decisão proferida em 2013, haja vista que a jurisprudência encontra-se firmada em sentido favorável à Entidade.

Atualmente, aguarda-se apenas pela análise judicial do pedido de levantamento dos valores depositados judicialmente, tendo em vista o trânsito em julgado em favor da Capef.

11.2) Créditos Tributários provenientes do RET - Regime Especial de Tributação

A Entidade questiona junto à esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET - Regime Especial de Tributação, alusivos ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004. Esse crédito, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008.

A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic e a reconhecer a multa de 20%.

Em 2012 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil) relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004. Permanecem pendentes de homologação os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 e ao 4º trimestre de 2004 no valor de R\$ 8.465 mil (valor original de R\$ 3.963 mil).

Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014.

ISAIAS MATOS DANTAS
Diretor Presidente
CPF 061.872.185-15

FERNANDO BARROS DE LIMA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - 023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Pareceres

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Participantes da
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis por plano de benefício tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 - S - CE

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - CE

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2013

Este Conselho, em reunião realizada dia 26/03/2014, consoante ao que determina a Resolução CNPC N° 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC n° 12, de 19 de Agosto de 2013, procedeu à análise das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2013, compostas de Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior, Demonstração do Ativo Líquido - DAL comparativa com o exercício anterior, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL comparativa com o exercício anterior, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA comparativa com o exercício anterior, Demonstração das Provisões Técnicas - DPT comparativa com o exercício anterior, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base nos pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal que aprovaram as referidas demonstrações, sem ressalvas, e fundamentado no Parecer dos Atuários, este Conselho se manifesta favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - Capef e dos planos por ela administrados, referentes ao exercício de 2013.

Em atendimento ao artigo 1º da Resolução do MPS/CNPC N° 02, de 03 de março de 2011, determina-se a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, por plano de benefício, incluindo os pareceres e manifestações, previstos no item 17 do Anexo "C" da Resolução CNPC N° 8, de 31 de outubro de 2011, dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual da Capef.

As Demonstrações Contábeis consolidadas e os demais pareceres exigidos ficarão disponíveis aos participantes ou assistidos, por meio eletrônico, ou serão encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido.

Fortaleza - Ceará, 26 de março de 2014.

Fernando Passos
Presidente

Romildo Carneiro Rolim
Vice - Presidente

José Nilton Fernandes
Conselheiro

José Jurandir Bastos Mesquita
Conselheiro

Ailton Carvalho dos santos
Conselheiro

Paulo Eduardo Andrade Patrício
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2013

Este Conselho, em sua 384ª. Reunião, realizada no dia 20/03/2014, com base nos documentos exigidos pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de Agosto de 2013, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capecf, e considerando ainda o Parecer dos Atuários Internos e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - Capecf relativo ao exercício de 2013.

Fortaleza - Ceará, 20 de março de 2014.

Izabel Christina de Carvalho Colares Maia
Presidente

Ricardo Vaz Bezerra
Vice - Presidente

Lúcia de Fátima Barbosa Da Silva
Conselheira

Luiz Sérgio Farias Machado
Conselheiro

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2013

PLANO BD

1. Este parecer é concernente à avaliação atuarial do plano da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF) na modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução PREVIC nº 9, de 14/12/2010, estando avaliado na posição de 31/12/2013.
2. O cadastro foi considerado satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução CGPC/MPS Nº 18/2006, cujos resultados foram apresentados em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA), conjunto de informações enviadas pela Capef à PREVIC. Também ficou atestada nesta avaliação atuarial a capacidade financeira do Plano BD da Capef de manter em carteira os títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, de que trata a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.
3. Para 2013, os custos normais, sem despesas administrativas, para Participantes Ativos do Plano BD, em termos percentuais sobre salários de contribuição para o Plano, cresceram, em relação ao exercício anterior, de 12,96% para 13,28%, aumento de 0,32 ponto percentual. Com a inclusão das despesas administrativas de 9% sobre as contribuições, o custo normal do Plano BD para Participantes Ativos teve um pequeno aumento de 14,24% para 14,59%, aumento 0,35 ponto percentual em relação ao exercício anterior. Vale ressaltar que o custo normal dos benefícios de risco já está incluído no custo total e correspondeu a 1,89% sobre o valor das contribuições. Considerando a situação superavitária verificada na avaliação de 31/12/2013, sugere-se a redução da taxa percentual de 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) a título de contribuição extraordinária dos Assistidos em 2014.
4. A meta atuarial – variação do INPC, acrescida da taxa de juros atuarial de 5,75% ao ano – ficou quantificada em 11,90% em 2013. Neste período, a rentabilidade nominal efetiva dos investimentos alcançou 14,45%, que resultou, descontada a variação do INPC, de 5,5627%, na obtenção de rentabilidade real de 8,42%. A rentabilidade nominal dos investimentos correspondeu a 121,48% da meta atuarial.
5. Encontram-se detalhadas, adiante, as variações percentuais ocorridas nos valores das provisões matemáticas levantadas atuarialmente nas posições de final de 2012 e de 2013 em atendimento à Instrução PREVIC nº 9, de 14/12/2010, descontando-se a variação do INPC no mesmo período. O Quadro nº 1 demonstra, separadamente, as variações percentuais na forma de apresentação das Demonstrações Atuariais (DA).

Quadro Nº 1 – Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas do Plano BD entre 31/12/2012 e 31/12/2013 – Valores Atualizados e Posicionados em 31/12/2013 – Registro nas Demonstrações Atuariais (DA)

PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2012 ⁽¹⁾	31/12/2013	VARIAÇÃO
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 1.902.349.244,11	R\$ 1.921.445.900,89	0,99%
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 755.932.678,61	R\$ 796.785.986,60	5,13%
Total	R\$ 2.658.281.922,72	R\$ 2.718.231.887,49	2,21%

Nota: (1) valores de 31/12/2012, atualizados para 31/12/2013 pela variação do INPC em 2013, de 5,5627%.

- Conforme demonstrado no Quadro nº 1, as provisões matemáticas sofreram, de 2012 para 2013, elevação percentual de 2,21% acima da variação do INPC em 2013. Enquanto a rubrica de Benefícios Concedidos (BC) experimentou acréscimo de 0,99%, a rubrica Benefícios a Conceder (BaC) cresceu 5,13%. O aumento real nos valores das provisões matemáticas, tanto na rubrica de BC quanto na rubrica de BaC, entre os anos de 2012 e 2013, ocorreu principalmente em função da redução da taxa anual de juros atuarial, reduzida de 6% para 5,75%, do reajuste nos valores dos benefícios acima da variação do INPC, de 7% (sete por cento) em termos nominais, possibilitado pela alteração do Regulamento do Plano BD (art. 86), e da redução de 0,25 ponto percentual da taxa de contribuição dos Assistidos.
- Em 31/12/2013 o Plano BD contava com 6.653 Participantes, assim distribuídos: 2.283 Ativos e de 4.370 Assistidos, sendo 3.375 aposentados e 995 pensionistas. Os riscos atuariais associados a este plano estão relacionados, sobretudo, com variações da base cadastral pelos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas já ficam expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral de beneficiários do plano, grupo secundário. Para 2014 não é esperada para o grupo principal nenhuma variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além das projeções de crescimento salarial de 1% (um por cento) ao ano e da variação do INPC, seguindo as regras do regulamento do plano, a primeira já tratada como hipótese financeira. Pelo exposto, não estão sendo avaliadas, neste momento, medidas extraordinárias para mitigação dos riscos biométricos deste plano.
- Assim, consideradas as premissas, o método atuarial, os regimes financeiros, os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela Capecf, concluímos que na posição de 31/12/2013 o plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) da Capecf se encontrava atuarialmente equilibrado. Não ocorreram modificações, seja do método, seja do regime financeiro.
- Nesta avaliação foi revisto o Plano de Custeio para 2014, que, a partir da obtenção de rentabilidade real superior à taxa de 6% ao ano, que vigorou ao longo de 2013,

1 Esta distribuição considerou as situações cadastrais dos participantes na data do cálculo da provisão matemática, não contemplando alterações retroativas nessas situações.

permitiu a redução da contribuição do Assistido para 21,25% sobre o valor dos benefícios, conjugado com o reajuste nominal de 7% em janeiro/2014, com base na faculdade prevista pelo artigo 86 do Regulamento do Plano BD. Embora o plano BD tenha obtido rentabilidade real superior à taxa anual de 6%, na avaliação de 31/12/2013, referida taxa foi reduzida para 5,75% ao ano, em face do limite máximo estabelecido pela legislação aplicável. Desta forma propomos a manutenção do plano de custeio ora vigente para ser aplicado durante o ano de 2014, conforme Quadro nº 2.

Quadro Nº2 – Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2014

Salário de Contribuição	Taxa de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.167,71 em 2014 (R\$ 2.025,90 em 2013).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

10. Os valores das provisões matemáticas, do ativo líquido do plano e o resultado atuarial encontram-se detalhados no Quadro nº 3.

Quadro Nº 3 – Provisões Matemáticas, Ativo Líquido e Resultado Atuarial do Plano BD

Valores em Reais Posição: 31/12/2013	
1. Provisões Matemáticas (1.1 + 1.2)	R\$ 2.718.231.887,49
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 1.921.445.900,89
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 796.785.986,60
2. Ativo Líquido	R\$ 2.738.755.167,42
Resultado atuarial (2 - 1)	R\$ 20.523.279,93

11. Observando-se as regras contidas no Regulamento do Plano BD, e conforme demonstrado no Quadro nº 3, as provisões matemáticas importam, na posição de 31/12/2013, em R\$ 2.718.231.887,49, sendo de R\$ 1.921.445.900,89 para Benefícios Concedidos e de R\$ 796.785.986,60 para Benefícios a Conceder, valores esses apurados de acordo com as normas em vigor e com base nas práticas atuariais correntes. Ditas provisões matemáticas expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciais do Plano BD avaliado e aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial de R\$ 20.523.279,93, correspondente a 0,75% do Ativo Líquido do Plano e 0,76% das Provisões Matemáticas. Destacado no item 2 acima, dito superávit atuarial deve ser contabilizado como reserva de contingência, conforme estabelecem o artigo 20 da Lei Complementar Nº 109, de 29/05/2001, e artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

12. Por último, este parecer fica na dependência da certificação contábil, a ser conferido pela auditoria independente, do resultado apresentado como sendo o valor do Ativo Líquido para Cobertura de Reservas Matemáticas do Plano BD, constituído por haveres que totalizam R\$ 2.738.755.167,42, conforme informado pela Capef.
13. Este é o nosso parecer.

Eloina Maria Pinheiro Diógenes
Atuária - MIBA nº 1216

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2013 PLANO CV I

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2013 do Plano de Contribuição Variável I - Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25/03/2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I conjuga características tanto de Plano de Contribuição Definida como de Plano de Benefício Definido, sendo classificado, nos termos da Resolução CGPC no 16, de 22/11/2005, na modalidade de Contribuição Variável, pois os benefícios de aposentadoria programada apresentam características das modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido. Os benefícios são calculados em função dos saldos acumulados no momento da aposentadoria e fruídos pelos Participantes em duas fases distintas: na fase não mutualista de renda certa a prazo certo, com benefícios mensurados em quotas, e na fase mutualista de renda vitalícia, com benefícios expressos em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o custeio dos benefícios programados e de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios não programados. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do Participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, induzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

O regime de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do Participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

Os métodos de financiamento adotados no Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor, com base em práticas atuariais correntes e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

A avaliação atuarial utiliza 5,5% a.a. como hipótese de rentabilidade real e líquida de todos os haveres do Plano CV I. O indexador inflacionário utilizado é o IPCA da Fundação IBGE.

Em 2013, a rentabilidade real do patrimônio do Plano CV I foi de -1,579% (14,306% em 2012), não atingindo, portanto, a hipótese de IPCA+5,5% a.a. de 11,736% (11,538% em 2012). No mesmo período, a quota previdencial variou -1,530%, de R\$ 1,29908533 (vigente em 01/01/2013) para R\$ 1,27920283 (vigente em 01/01/2014). A *performance* dos investimentos em 2013 foi influenciada pelos segmentos de renda fixa e de renda variável que tiveram desempenho inferior ao esperado. Em virtude da regra de atualização dos benefícios do Plano CV I, que atrela o índice de reajuste à rentabilidade dos investimentos, o desempenho abaixo do esperado implicou em um índice de reajuste dos benefícios para o ano de 2014 de 1,77%, 30% da variação do IPCA do período. Essa regra reduz o crescimento das provisões matemáticas de benefício concedido quando o desempenho dos investimentos do plano fica abaixo do índice de inflação (IPCA) mais a hipótese da taxa real de juros, 5,50% ao ano.

Para o Plano CV I, especificamente, devido às características de acumulação em saldos de contas individuais e aos mecanismos de proteção contra déficits atuariais, a taxa de juro atuarial funciona como uma taxa referencial a ser seguida pela gestão de investimentos e o não atingimento da meta atuarial não possui potencial de afetar significativamente o equilíbrio atuarial do Plano.

A partir desta avaliação de encerramento do exercício de 2013, foi adotado o fator de determinação do valor real ao longo do tempo. O fator de determinação dos benefícios, no valor de 0,9740, é aplicado sobre os valores dos benefícios para capturar o efeito no longo prazo da perda real do benefício durante o ano. Essa hipótese é utilizada na avaliação das provisões matemáticas de benefícios concedidos (com efeito de redução) e no cálculo dos benefícios a serem concedidos (com efeito de aumento), minimizando as discrepâncias em razão da experiência do Plano.

Até a avaliação de encerramento do exercício de 2012, devido à ausência de histórico para a massa de Participantes do Plano CV I, as tábuas biométricas adotadas eram as mesmas desde o início de seu funcionamento. Para esta avaliação de 2013, com fundamento no primeiro estudo de aderência considerando os Participantes do Plano CV I (os Participantes do Plano BD também foram incluídos no estudo em função do pequeno histórico no Plano CV I de Participantes com idades mais avançadas), a tábua de mortalidade geral do Plano CV I foi alterada para a RP-2000 unisex (70% masculina) projetada pela escala AA com redução de 20% nas suas taxas originais, a tábua de entrada em invalidez foi alterada para a Álvaro Vindas com redução de 50% nas suas taxas originais e a tábua de mortalidade de inválidos foi mantida, IAPC com redução de 50% nas taxas originais.

No Quadro 1 são apresentados os efeitos das mudanças nas hipóteses adotadas nesta avaliação de encerramento do exercício de 2013 sobre as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos. As mudanças das tábuas, de forma isolada, aumentam 2,34% as provisões, enquanto a inclusão do fator de determinação dos benefícios reduz as provisões em 2,60%. O efeito conjunto das mudanças nas hipóteses foi uma discreta redução de 0,32% em relação às provisões calculadas antes da mudança.

Quadro 1 – Efeitos das mudanças nas Provisões Matemáticas

Valores em R\$

Fator de Capacidade	Tábuas	Provisão Matemática	Variação	
1,000	Avaliação de 2012	1.028.419,67		
1,000	Avaliação de 2013	1.052.466,78	24.047,11	2,34%
0,974	Avaliação de 2012	1.001.715,01	(26.704,66)	-2,60%
0,974	Avaliação de 2013	1.025.137,23	(3.282,44)	-0,32%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada na avaliação é a de 31/12/2013 e considera as adesões já homologadas de 3.967¹ Participantes Ativos (3.454 em 31/12/2012) dos dois Patrocinadores do Plano, sendo 3.903 Participantes Ativos do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (adesão de 60% dos funcionários²), 53 Participantes ativos da Capef (adesão de 88% dos funcionários³) e 11 autopatrocinados. Na mesma posição, havia sete benefícios concedidos, sendo três aposentadorias por invalidez e quatro pensões de ativo (sete beneficiários).

O sistema de cálculo do custeio dos Participantes do Plano CV I acessa diretamente a base cadastral da Entidade que, mensalmente, recebe atualização das situações funcionais, cargos e funções de cada Participante diretamente dos Patrocinadores do Plano. Durante o cálculo, são realizadas críticas de integridade dos dados. Caso alguma inconsistência seja encontrada, o sistema apresenta uma mensagem informando a impossibilidade de executar o cálculo e interrompe a execução. Nesta avaliação, nenhuma inconsistência foi encontrada.

A base utilizada para o cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada. A nova base de dados é comparada com a base do mês anterior e todas as alterações são confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Capef. Durante o ano de 2013, as alterações decorreram exclusivamente das concessões dos benefícios. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada Participante (informados pela Geprev).

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

1. A quantidade inclui 61 ativos suspensos com cancelamento de inscrição ao Plano CV I. Estes participantes permanecem ativos no patrocinador e possuem apenas o direito ao resgate após a cessação do vínculo empregatício.
2. 6.479 Funcionários no total, sendo 1.093 funcionários participantes do Plano BD que encerraram suas contribuições há mais de 120 dias (que não podem aderir ao Plano CV I) e 519 funcionários Participantes do Plano BD que não podem aderir ao Plano CV I até o encerramento de suas contribuições.
3. 60 Funcionários no total, sendo um funcionário Participante do Plano BD que não pode aderir ao Plano CV I até o encerramento de suas contribuições.

6. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no Plano e em cada avaliação atuarial anual.

Para os Participantes que incluíram o tempo de serviço passado é facultada a antecipação integral ou parcial das contribuições extraordinárias futuras, conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial, com a contrapartida paritária do Patrocinador. O valor do tempo de serviço passado antecipado é definido como o valor presente da projeção das contribuições extraordinárias futuras até a data de aposentadoria escolhida pelo Participante na última revisão de custeio. No caso de pagamento antecipado, é calculado novo custeio individual considerando o aporte para pagamento de tempo passado no saldo da conta individual do Participante.

Para o ano de 2014, a taxa de contribuição normal está estimada em 13,30% (13,54% para 2013) e a taxa de contribuição extraordinária totaliza 3,78% (3,44% para 2013). O total inclui a estimativa para o pagamento antecipado de contribuição extraordinária relativa ao tempo de serviço passado, 0,610% da folha anual de salário de participação, de R\$ 400.474.312,75, sendo 0,305% do Participante e 0,305% do Patrocinador, mesmo percentual observado em 2013.

7. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

O resultado atuarial do Plano CV I que, em 31/12/2013, manteve-se superavitário em R\$ 3.369,65 (superávit de R\$ 17.534,95 em 31/12/2012), registrado em Reserva de Contingência no final do exercício. A rentabilidade dos investimentos abaixo da taxa de desconto atuarial foi o motivo da utilização de parte da reserva de contingência contabilizada no encerramento do exercício de 2012. O resultado superavitário provém do saque de R\$ 67.391,90 do Fundo de Solvência durante o exercício descontado dos efeitos da mudança nas hipóteses atuariais das tábuas e da inclusão do fator de determinação do benefício.

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 43,85% em 2013, em relação ao encerramento do exercício de 2012. Descontada a inflação do período (variação do IPCA), o aumento foi de 35,82%. A variação relativa observada nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorreu principalmente da concessão de três benefícios de aposentadoria por invalidez.

Quadro 2 – Resultado do Plano em 2013

Valores em R\$

Rubrica Contábil	2013	2012	Varição
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	171.856.387,04	119.486.810,66	43,83%
(-) Provisões Matemáticas	171.853.017,39	119.469.275,71	43,85%
Benefícios a Conceder	170.827.880,16	118.926.682,70	43,64%
Benefícios Concedidos	1.025.137,23	542.593,01	88,93%
(=) Resultado do Exercício	3.369,65	17.534,95	-80,78%
(=) Superávit Técnico	3.369,65	17.534,95	-80,78%
Reserva de Contingência	3.369,65	17.534,95	-80,78%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

8. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os portfólios previdenciais passivos relativos a contas de Participantes que representam 99,4% do total das obrigações do Plano CV I são individuais e apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais.

Já os portfólios previdenciais passivos de menor dimensão relativos a capitais complementares e a benefícios prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliados em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem integralmente no futuro.

O Plano CV I incorpora mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; ii) a constituição do fundo de solvência atuarial; e iii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Pelo exposto, não existem riscos atuariais relevantes no plano.

9. CERTIFICAÇÃO

Os valores apurados de taxas de contribuição, as hipóteses atuariais e o regime financeiro adotados estão de acordo com as normas em vigor, com base em práticas atuariais correntes e adequados às características do plano de benefícios, tendo utilizado dados cadastrais de Participantes consistentes. Em nossa opinião, eles retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as obrigações previdenciais totais do plano e apontam estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial verificado.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 20 de janeiro de 2014.

Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA N° 2.285

*Sumário da
Política de
Investimentos
do Plano BD*

Nos EUA, o processo de recuperação econômica se deu de forma mais acelerada em 2013. Após os fortes ajustes efetuados nos anos anteriores, no intuito de reativar a economia, 2014 e 2015 deverão ser anos em que o governo conviverá com um crescimento econômico expressivo e inflação sob controle. As economias européias, mais especificamente os países da zona do euro, deverão apresentar uma recessão em torno de -0,4%, já para 2014 e 2015 é estimado uma retomada na atividade com um crescimento de 1% e 1,2%, respectivamente.

No Brasil, em 2013, o pessimismo vivenciado ao longo do ano pelo mercado doméstico, decorre basicamente dos seguintes fatores: a) uma intervenção do governo em alguns setores da economia, b) uma maior preocupação com o resultado observado nas contas fiscais brasileiras e, c) a expectativa do início da retirada dos estímulos monetários da economia americana, efetuado através do programa de recompra de ativos. Estes fatores elevaram as incertezas do cenário, impactando de forma negativa o nível de atividade da economia brasileira, bem como no desempenho dos mercados de maneira geral.

As projeções para os anos de 2014 e 2015 para o IPCA são de 5,92% e 7,23% e para o INPC as projeções são de 5,85% e 5,02%, respectivamente. Para os anos de 2014 e 2015 as expectativas para o IGPM são de 6,00% e 5,17% e para o IGP-DI são de 6,00% e 5,00%, respectivamente.

Macroalocação dos Recursos

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da Caepef e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano BD da Caepef no ano de 2014:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAEPF EM 30/11/2013 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAEPF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	82,22%	74	100
Renda Variável	70	4,62%	0	6
Investimentos Estruturados	20	0,32%	0	2
Investimentos no Exterior	10	0,00%	0	0
Imóveis	8	9,75%	0	8
Operações com Participantes	15	3,10%	0	10

Limites por Modalidade de Investimento

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

No segmento de renda fixa, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em 5,0% as aplicações do patrimônio do Plano BD da Capecf em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capecf, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC;
- ii) limitar em 10,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano BD da Capecf em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da Capecf, conforme faculta o parágrafo 1º, do Art. 30 da Resolução 3792.
- iii) não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;
- iv) Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- v) não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- vi) não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e distrito federal, exceto DPGE;
- vii) não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida;
- viii) Não adquirir Letras financeiras de bancos pequenos e médios. Para definição do porte dos bancos, utiliza-se o ranking do Banco Central, onde se estipula como regra para aquisições de LF, as 25 maiores instituições, em termo de patrimônio líquido, os demais, foram aqui considerados como sendo de pequeno e médio porte.
- ix) O valor máximo de alocação em ações do Fundo Fortaleza Multimercado será de 15% do patrimônio do fundo.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

Para o segmento de renda variável, respeitado o limite de até 6% do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Não aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação no segmento Novo Mercado, nível II ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29/05/2001;
- ii) Não realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: distribuição pública de ações; exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício de bônus ou de recibos de subscrição e casos previstos na legislação em vigor e demais casos expressamente previstos nas resolução 3792 do Conselho Monetário Nacional.
- iii) Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em até 2% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário;
- ii) limitar em até 2% as aplicações em cotas de fundos de investimento e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos classificados como multimercado

d. Restrições para o Segmento de Imóveis

Para o segmento de Imóveis, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em até 8% as aplicações em imóveis.
- ii) é vedada a aquisição de imóveis residenciais, exceto se expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo;
- iii) é vedada a aquisição direta de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

Para o segmento de Operações com Participantes, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Limitar em até 10% as aplicações em empréstimos a participantes.
- ii) As regras para realização de operações nesse segmento estarão dispostas na Política de Crédito da Entidade, para o Plano BD.

f. Restrições para o Segmento de Investimento no Exterior

Para o segmento de Investimento no Exterior, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Serão observados os limites da legislação vigente;
- ii) As operações serão realizadas via fundos de investimentos; e
- iii) Somente serão realizadas operações classificadas no segmento investimento no exterior após aprovação específica do comitê de investimentos.

g. Restrições para operações com Instrumentos de Derivativos

A Capef usa os instrumentos de Derivativos baseada em seus sistemas de controles internos que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação. Com relação a utilização de instrumentos de Derivativos serão observadas as seguintes restrições:

- i) para uso de derivativos, depósito de margem limitado a 10,0% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e

ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo em que está sendo realizada a operação;

- ii) o valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 5,0% do patrimônio do fundo em que a operação está sendo realizada.
- iii) tratando-se da carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira própria.
- iv) não aplicar em opções de ações em que o preço de exercício supere o limite de 20% do preço à vista.

Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% ao mês, do patrimônio das carteiras e fundos gerenciados exclusivamente pela Capecf, limitado ainda a 3% ao ano, para as estratégias que envolvam operações de derivativos sem a finalidade de hedge. A área de risco e compliance monitora as posições dos fundos de investimentos e carteiras e avalia diariamente se os limites estão sendo respeitados. Uma vez alcançado os referidos limites, novas operações da espécie não poderão ser realizadas nos respectivos períodos a que se referem os limites.

Taxa Mínima Atuarial e Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

a. Meta de Rentabilidade para o Plano BD

Em 2013, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, divulgou a Resolução MPS/CNPC nº9, de 29/11/2012, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios será de no máximo:

- I - 6% (seis por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2012;
- II - 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2013;
- III - 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2014;
- IV - 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2015;
- V - 5,0% (cinco por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2016;
- VI - 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2017; e

VII - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes.

Para o total de ativos do Plano BD administrado pela Capef, a rentabilidade a ser perseguida para o ano de 2014, representada pela meta atuarial será equivalente a INPC + 5,75% a.a. O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se compatível com o perfil do benefício pago ao Participante Assistido da Entidade.

b. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos.

c. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

d. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Multimercado

Para o segmento de investimentos estruturados os benchmarks serão

- a) Fundos Imobiliários terão como benchmark a variação do IFIX;
- b) Fundos de Participação terão como benchmark a variação de IPCA + 7%

e. Meta de Rentabilidade para o Segmento de operações com participantes

A Carteira de operações com participante tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes serão definidas na política de crédito da entidade, para o plano BD, que englobará as regras para realização dos EAP - empréstimos a participantes, bem como as regras de desinvestimento da carteira financiamento imobiliário.

f. Meta de rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A Carteira de imóveis tem como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C - Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial, divulgado pela FGV - Fundação Getulio Vargas.

g. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de investimentos estruturados o benchmark a ser perseguidos será INPC + 6,75%.

h. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos no Exterior

A carteira de Investimentos no Exterior tem como referencial de rentabilidade superar o BDRX - Índice de BDRs Não Patrocinados-GLOBAL.

Código de Ética

O código de Ética direcionado a todos os profissionais da Capecf foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os Participantes e Funcionários através da página eletrônica da Entidade e através da Central de Atendimento. A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

Gestão Compartilhada

No modelo de gestão compartilhada, a Entidade realiza reuniões periódicas nas quais participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de analisar, discutir e sugerir estratégias que envolvam a gestão dos recursos compartilhados.

Custos

No ano 2013, não houve redução nas taxas de administração dos fundos de investimentos da Capecf. No que diz respeito às despesas de corretagem pagas nas operações de renda variável, a Capecf obteve uma devolução média de 90% das referidas despesas. A tabela a seguir apresenta os valores das taxas de administração pagas durante o ano 2013, assim como os percentuais das taxas que vigorarão em 2014.

FUNDOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PAGA (EM R\$) 2013	TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO QUE VIGORARÃO EM 2014 (%a.a.)
BNB - RF Empresarial	887.700,08	0,04%
BNB - RV Exclusivo	198.130,24	0,30%
BNB - Fundo de Cotas de Fundo de Ações FIC	15.104,47	0,025%
Itaú	84.319,96	0,40%
BTG Pactual	87.211,54	0,50%
Sul América	44.567,20	0,20%
FI Multimercados	124.783,37	0,10%
TOTAL	1.441.816,86	-

Gestão Própria

Para a gestão própria da carteira de renda fixa e variável, fica estabelecido o limite máximo de 6% do total dos recursos do Plano BD da Capecf.

O objetivo da gestão própria é superar a meta atuarial, sempre respeitando os limites estabelecidos na política de investimentos anual e as regras da Resolução 3.792 do CMN. Dessa forma, o foco da atuação está pautado na disciplina na tomada de decisão e rígido controle de risco, de forma a permitir a consistência de resultados no longo prazo.

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos. A gestão da carteira de imóveis será realizada pela Capecf. Fica a critério da entidade

a contratação de empresas ou corretores imobiliários para realizar atividades relacionadas a compra, venda ou locação dos imóveis.

A seleção de investimentos estruturados e de investimento no exterior será realizada pela própria Capecf.

Contratação dos Administradores da Carteira de Renda Variável

Em 2013, não houve troca de gestor. Para o período de 2014 a 2018, a metodologia de seleção e avaliação de gestores de renda variável continuará sendo desenvolvida internamente. A metodologia de seleção pressupõe a revisão anual, ou a qualquer tempo, caso necessário. Atualmente, na gestão terceirizada, a Capecf possui três administradores de renda variável: BTG Pactual, Itaú e SulAmérica; e, na gestão compartilhada, o BNB.

*Sumário da
Política de
Investimentos
do Plano CV I*

Atendendo à Instrução SPC nº 14, de 18 de janeiro de 2007, que trata do preenchimento, envio e divulgação de informações dos investimentos dos planos de benefícios administrados pelas EFPCs, a Capef elabora e divulga o sumário da Política de Investimentos do Plano de Contribuição Variável (Plano CV I), cuja aprovação é responsabilidade do seu Conselho Deliberativo, definindo as diretrizes da gestão dos recursos durante o período de 2014 a 2018. Em 27 de dezembro de 2013, o Conselho Deliberativo da Capef aprovou a Política de Investimentos da Entidade, objeto da Ata nº 217.

A elaboração da Política de Investimentos baseia-se em cenários apresentados por instituições financeiras, gestores terceirizados, gestores próprios e parceiros da Capef durante o Seminário Anual de Investimentos. A partir do evento, a diretoria-executiva, os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal e as equipes de técnicos e gestores da Capef e do BNB elaboraram um cenário macroeconômico.

A elaboração da Política de Investimentos da do Plano CV I tem como objetivos principais: a) nortear a aplicação dos recursos; b) manter um instrumento de planejamento que proporcione uma definição efetiva das metas de retorno, tolerância ao risco e restrições legais e de mercado para os investimentos; c) propiciar o claro entendimento por parte de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com as atividades da Entidade, dos mecanismos e critérios adotados na aplicação de recursos; e d) proporcionar a existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias de investimentos empregadas na aplicação de recursos, conforme os parâmetros preestabelecidos.

Com base nesse cenário e nos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e grau de maturidade do plano de benefícios, e ainda respeitando os critérios da Resolução nº 3.792, o Conselho Deliberativo da Capef aprovou os limites de aplicação em cada segmento. Para o Plano CV I, a maior exposição segue no segmento de Renda Fixa, podendo ficar alocado entre 40% e 100%. O segmento de Renda Variável sofreu alteração, foi reduzido o limite máximo de 30% para 25%. Para o ano de 2014, houve também alterações no limite para o segmento de Investimentos Estruturados reduzindo o limite máximo de 15% para 12%. Para o segmento de Operações com Participantes, o limite máximo é de 15%. Para o segmento de Imóveis não houve alteração, permanecendo com o limite máximo em 8%. Foi estabelecido limite para investimentos no exterior com um limite máximo em 3%.

Macroalocação dos Recursos

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da Capef e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano CV I da Capef no ano de 2014.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF EM 30/11/2013 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	82,40%	40	100
Renda Variável	70	9,61%	0	25
Investimentos Estruturados	20	6,63%	0	12
Investimentos no Exterior	10	-	0	3
Imóveis	8	-	0	8
Operações com Participantes	15	1,36%	0	12

Limites por Modalidade de Investimento

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

No segmento de renda fixa, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em 5,0% as aplicações do patrimônio do Plano CV I da Capef em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capef, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC;
- ii) limitar em 30,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano CV I da Capef em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da Capef, conforme faculta o parágrafo 1º, do Art. 30 da Resolução 3792.
- iii) não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;
- iv) Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- v) não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- vi) não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e distrito federal, exceto DPGE;
- vii) não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida;
- viii) Não adquirir Letras financeiras de bancos pequenos e médios. Para definição do porte dos bancos, utiliza-se o ranking do Banco Central, onde se estipula como regra para aquisições de LF, as 25 maiores instituições, em termo de patrimônio líquido, os demais, foram aqui considerados como sendo de pequeno e médio porte.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

Para o segmento de renda variável, respeitado o limite de até 25% do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) Não aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação no segmento Novo Mercado, nível II ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29/05/2001;
- ii) Não realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: distribuição pública de ações; exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício de bônus ou de recibos de subscrição e casos previstos na legislação em vigor e demais casos expressamente previstos na resolução 3792 do Conselho Monetário Nacional.
- iii) Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em até 12% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário;
- ii) limitar em até 12% as aplicações em cotas de fundos de investimento e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos classificados como multimercado;

d. Restrições para o Segmento de Imóveis

Para o segmento de Imóveis, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em até 8% as aplicações em imóveis;
- ii) é vedada a aquisição de imóveis residenciais, exceto se expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo;
- iii) é vedada a aquisição direta de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio.

e. Restrições para o Segmento Operação com Participantes

Para o segmento de Operações com Participantes, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i) limitar em até 12% as aplicações em Empréstimos a Participantes.
- ii) As regras para a realização das operações nesse segmento estarão dispostas na Política de Crédito da Entidade para o Plano CV I.

f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Para o segmento de Investimento no Exterior, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Serão observados os limites da legislação vigente;
- ii. As operações serão realizadas via fundos de investimentos; e
- iii. Somente serão realizadas operações classificadas no segmento investimento estrangeiro após aprovação específica do comitê de investimentos.

g. Restrições para operações com Instrumentos de Derivativos

A Capef usa os instrumentos de Derivativos baseada em seus sistemas de controles internos que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação. Com relação a utilização de instrumentos de Derivativos serão observadas as seguintes restrições:

- i) para uso de derivativos, depósito de margem limitado a 10,0% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e

- ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo em que está sendo realizada a operação;
- ii) o valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 5,0% do patrimônio do fundo em que a operação está sendo realizada.
 - iii) tratando-se da carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira própria.
 - iv) não aplicar em opções de ações em que o preço de exercício supere o limite de 20% do preço à vista.
 - v) Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% ao mês, do patrimônio das carteiras e fundos gerenciados exclusivamente pela Capecf, limitado ainda a 3% ao ano, para as estratégias que envolvam operações de derivativos sem a finalidade de hedge. A área de risco e compliance monitora as posições dos fundos de investimentos e carteiras e avalia diariamente se os limites estão sendo respeitados. Uma vez alcançado os referidos limites, novas operações da espécie não poderão ser realizadas nos respectivos períodos a que se referem os limites.

Taxa Mínima Atuarial e Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

a. Meta de Rentabilidade para o Plano CV

Em 2013, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, divulgou a Resolução MPS/CNPC nº9, de 29/11/2012, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios será de no máximo:

- I - 6% (seis por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2012;
- II - 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2013;
- III - 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2014;
- IV - 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2015;
- V - 5,0% (cinco por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2016;
- VI - 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2017; e

VII - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano ou sua equivalência mensal, nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes.

Para o total de ativos do Plano CV I administrado pela Capef, a rentabilidade a ser perseguida para o ano de 2014, representada pelo IPCA + 5,5% a.a, mostrou-se compatível com o perfil do benefício pago ao Participante Assistido da Entidade.

b. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar IPCA + 5,5% a.a acrescida dos custos administrativos.

c. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

d. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados os benchmarks serão:

- a) Fundos Imobiliários terá como benchmark a variação do IFIX;
- b) Fundos de Participação terá como benchmark a variação de IPCA + 7%

e. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A carteira de Imóveis terá como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C – Índice Geral do Mercado Imobiliário – Comercial, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.

f. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Operações com Participantes

A Carteira de Operação com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar IPCA + 5,5% a.a acrescida dos custos administrativos. As características e regras das operações com os participantes serão definidas na política de crédito da entidade, para o Plano CV I.

g. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos no Exterior

A carteira de Investimentos no Exterior tem como referencial de rentabilidade superar o BDRX – Índice de BDRs Não Patrocinados-GLOBAL, divulgado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA..

Código de Ética

O Código de Ética direcionado a todos os profissionais da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários através do site da Entidade. O Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de Entidade. A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco.

Gestão Compartilhada

No modelo de gestão compartilhada, a Entidade realiza reuniões periódicas nas quais participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de analisar, discutir e sugerir estratégias que envolvam a gestão dos recursos compartilhados.

Custos

No ano 2013, o Plano CV I apresentou R\$ 28.717,45 de custos, referentes à taxa de custódia, de 0,02% do patrimônio do plano.

Gestão Própria

A Diretoria da Capef, analisando a *performance* dos gestores, os recursos humanos e tecnológicos existentes na Entidade e a experiência na gestão própria de recursos chegou à conclusão de que existia viabilidade de gestão interna de uma parcela dos seus recursos alocados nos segmentos de renda fixa e renda variável, tendo com principais vantagens:

- I - redução das taxas de administração paga aos gestores externos, em virtude da transferência de parte dos recursos para gestão própria;
- II - maior flexibilidade e agilidade na implementação e execução das estratégias de investimento;
- III - aproveitamento de ferramentas e sistemas que propiciam presteza na gestão de ativos.

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos. A seleção de investimentos estruturados e de investimentos no exterior será realizada pela própria Capef. A gestão da carteira de imóveis será realizada pela Capef. Fica a critério da entidade a contratação de empresas ou corretores imobiliários para realizar atividades relacionadas a compra, venda ou locação dos imóveis.

Contratação dos Administradores da Carteira de Renda Variável

Para o período de 2014 a 2018, a metodologia de seleção e avaliação de gestores de renda variável continuará sendo desenvolvida internamente. A metodologia de seleção pressupõe a revisão anual, ou a qualquer tempo, caso necessário. Atualmente, o Plano CV I possui 3 gestores externo de renda variável: BTG Pactual, Rio Bravo e SulAmérica.



Av. Santos Dumont, 771 - Centro
Cep: 60150-160 | Fortaleza - CE

www.capef.com.br